

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO MUNICÍPIO DE
MATA DE SÃO JOÃO – BAHIA.**

LEONARDO GOMES VIANA

ORIENTADOR: PROF. Dr. RUBISMAR STOLF

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de **MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2010

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V614da

Viana, Leonardo Gomes.

Desenvolvimento da agricultura orgânica no município de
Mata de São João – Bahia / Leonardo Gomes Viana. -- São
Carlos : UFSCar, 2010.

85 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Agricultura orgânica. 2. Colonização japonesa. 3.
Produtos orgânicos - mercado. I. Título.

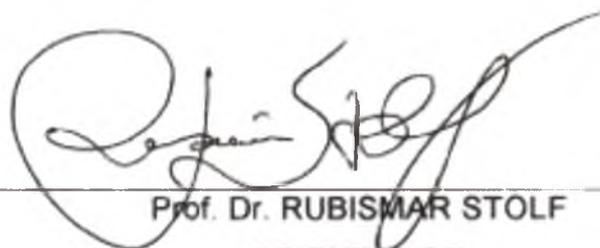
CDD: 630 (20^a)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE

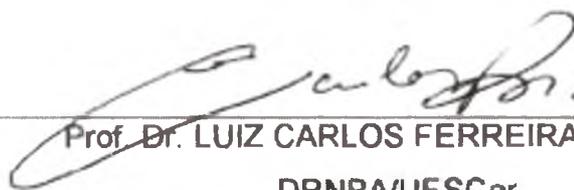
LEONARDO GOMES VIANA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL, DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM 29 DE MARÇO DE 2010.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. RUBISMAR STOLF
ORIENTADOR
PPGADR/UFSCar



Prof. Dr. LUIZ CARLOS FERREIRA DA SILVA
DRNPA/UFSCar



Prof. Dr. JOAO FERNANDO MARQUES
UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a DEUS por todas as oportunidades da minha vida, pela proteção incondicional, pelas intuições nos momentos de incerteza, pela beleza que os meus olhos vêem no altar da natureza e pela oportunidade de acordar todos os dias junto com o sol e recomeçar, redirecionar as minhas atitudes e comportamento os alinhando com os ensinamentos do Cristo.

Agradeço principalmente à minha querida mãe, Marinalva Gomes Rocha (In memoriam), por ter sido sempre uma guerreira, zelando por todos nós, pela dedicação, devoção e amor. Que DEUS te abençoe querida mãezinha!

Agradeço à minha alma gêmea, a mulher da minha vida, minha querida companheira, Paula Ribeiro, por ter me incentivado em todas as horas em que senti o peso das obrigações, me ajudando sempre a seguir em frente sem temer.

Agradeço aos meus colegas de curso, em especial aos queridos: Luiz Conci “o Xepa”, Patrícia Canholi, Oscar Landeman, Raquel Venturato, Luciana Rocha Antunes, Fernanda Oliveira, João Apolari, Leopoldo Nobile Cassiani, Gustavo Almeida entre outros.

Agradeço aos nobres mestres que com carinho nos transmitiram todos os conhecimentos necessários para esta jornada, pela dedicação, entre eles: Prof. Luiz Antônio Correia Margarido, Prof. Paulo Roberto Beskow, Prof. José Maria Gusman Ferraze e a Profa. Sandra Regina Ceccato Antonini, assim como a querida secretária da coordenação de Pós Graduação Cláudia Emília Diniz Junqueira, cuja colaboração para conclusão deste trabalho foi de suma importância.

Agradeço em especial ao meu prezado orientador o Professor Dr. Rubismar Stolf, que foi o grande incentivador desta obra, sem os seus conselhos e encorajamento seria praticamente impossível seguir em frente.

ÍNDICE

	Pag.
ÍNDICE DE QUADROS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
ÍNDICE DE GRÁFICOS	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT	vi
1 INTRODUÇÃO	01
2 REVISÃO DA LITERATURA	06
2.1 Agricultura Alternativa.....	06
2.2 Agricultura Orgânica.....	14
2.3 Mercado Nacional do Produto Orgânico.....	17
2.3.1 Agricultura Orgânica enquanto nicho de mercado.....	20
2.4 Comercialização.....	21
2.5 Certificação da Produção Orgânica no Brasil.....	23
2.6 Legislação da Agricultura Orgânica no Brasil.....	31
3 MATERIAIS E MÉTODOS	34
3.1 Tipo de Estudo	34
3.2 Caracterização do local de estudo	36
3.3 Sujeitos da Pesquisa	40
3.4 Instrumento de Coleta de Dados	42
3.5 Coleta de Dados	42
3.6 Análise de Dados	43
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	46
5 CONCLUSÕES	66
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70
APÊNDICE I	77
APÊNDICE II	84

ÍNDICE DE QUADROS

	Pag.
Quadro 1. Princípios Básicos e particularidades dos principais movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção.	10
Quadro 2. Sistemas de Garantia de Qualidade.	29
Quadro 3. Organismos Certificadores Nacionais com Ação em Agricultura Orgânica.	29
Quadro 4. Organismos Certificadores Internacionais com Ação em Agricultura Orgânica No Brasil.	31

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pag.
Figura 1. Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores.	12
Figura 2. Cadeia de produção de produtos orgânicos.	27
Figura 3. Localização Geográfica do núcleo JK	37
Figura 4. Mapa rodoviário de acesso à Mata de São João-Ba.	38
Figura 5. Marco de entrada do NJK no Portão do Lunda, na estrada para Itanagra-BA.	77
Figura 6. Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde se realizam as festas tradicionais.	77
Figura 7. Construção da residência dos primeiros colonos.	78
Figura 8. Núcleo JK - Aspecto após a construção da mesma residência.	78
Figura 9. Agricultor e Médico Veterinário na criação de frango orgânico	79
Figura 10. Agricultor Descendente de Japonês e sua horta orgânica	79
Figura 11. Roça orgânica altamente diversificada.	80
Figura 12. Agricultor com a sua pilha de compostagem(com fibra de coco).	80
Figura 13. Agricultor na feira em Salvador.	81
Figura 14. Feira orgânica em Salvador.	81
Figura 15. Usina de produção de Fertilizante Orgânico.	83
Figura 16. Dia de campo para os agricultores do município.	83
Figura 17. Secretário de Agricultura do Município de Mata de São João - BA, exibindo prêmio recebido pela produção orgânica da região.	84

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Ocupação anterior dos Imigrantes Japoneses.	40
Gráfico 2. Ocorrência dos fatores que impulsionaram a AO em Mata de São João-Ba.	52
Gráfico 3. Produtos com maior comercialização.	63

DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA NO MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO – BAHIA.

Autor: LEONARDO GOMES VIANA

Orientador: Prof. Dr. RUBISMAR STOLF

RESUMO

A prática da agricultura convencional ao longo dos tempos deixou marcas nos processos naturais do meio ambiente, a saturação da capacidade produtiva da terra é um dos seus efeitos colaterais. O surgimento de uma nova perspectiva, a agricultura orgânica, no que tange ao modelo de produção, trouxe consigo a oportunidade de se avaliar comparativamente os pontos positivos e negativos de cada modelo e suas adequações aos diferentes contextos encontrados. A informação da época em que ocorreu o aparecimento da agricultura orgânica no Brasil, já é ponto passivo e todos concordam com a versão do surgimento da Estância Demétria em Botucatu – SP, na década de 70 e a partir daí, a ocorrência do surgimento de outros pontos pelo país. Com o objetivo de conhecer o surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no município de Mata de São João na Bahia, esta pesquisa foi desenvolvida e fez uso de uma metodologia quantitativa e qualitativa, adquirindo uma característica exploratória descritiva, imprescindível para o início da construção sobre este conhecimento no Estado. De acordo com o tipo de pesquisa eleita, foi escolhida a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados. Este instrumento consta de questões objetivas relacionadas à caracterização dos sujeitos da pesquisa e questões subjetivas elaboradas a partir dos objetivos gerais e específicos com a perspectiva de se responder à questão norteadora. Foram considerados sujeitos da pesquisa os agricultores produtores de orgânicos que possuem propriedades localizadas no município

de Mata de São João- Bahia, que estivessem em atividade e que aceitassem participar da pesquisa. Emergiu dos resultados obtidos a percepção do exato momento do surgimento da agricultura orgânica no município, as formas de organização dos produtores, as formas de comercialização, os entraves à produção e comercialização e suas perspectivas futuras.

DEVELOPMENT OF ORGANIC AGRICULTURE IN THE MUNICIPALITY OF MATA DE SÃO JOÃO, BAHIA.

Author: LEONARDO GOMES VIANA

Adviser: Prof. Dr.RUBISMAR STOLF

ABSTRACT

The practice of conventional agriculture over time has left its mark in the natural environment; the saturation of the productive capacity of the land is one of its side effects. The emergence of a new perspective with respect to the model of agricultural production brought with it the opportunity to comparatively assess the strengths and weaknesses of each model and its adaptation to different contexts found. The information of the exact time of occurrence of the emergence of organic agriculture in Brazil, it is passive point and everyone agrees with the version of the emergence of Demeter Resort in Botucatu - SP, in the 70's and from there, the occurrence of emergence of other points throughout the country. In order to understand the time of onset and development of the organic agriculture in the municipality of Mata de São João – Bahia, This research was developed and made using a quantitative and qualitative methodology, acquiring an exploratory descriptive feature, essential for the start of the construction on this knowledge in the state. According to the type of the research elected, was chosen the semi-structured instrument for collecting data. This instrument consists of objective questions related to the characterization of the research subjects and subjective questions drawn from the general and specific objectives with a view to answer the research question. Were considered research subjects organic producers that have properties located in the municipality of Mata de Sao Joao - Bahia, which were active and willing to participate. Results that emerged from the research brought the perception of the exact moment of the emergence of organic agriculture in the

county, forms of producer's organization, the forms of trade, barriers to production and marketing and its future prospects.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade moderna já há muito tempo vem contribuindo para a degradação do meio ambiente, sobretudo através da prática da agricultura convencional, modelo de agricultura praticado pelo chamado “agronegócio brasileiro”. Caracterizado pela utilização intensiva da mecanização, o uso indiscriminado de agrotóxicos, corretivos e adubos químicos solúveis, manipulação genética das espécies cultivadas, o monocultivo e a falta de práticas adequadas de combate à erosão. O modelo político-econômico vigente no Brasil tem contribuído muito para esse processo, com amplo apoio das instituições governamentais, com formação de políticas agrícolas favoráveis, subsídios e ampla aceitação das universidades e entidades de pesquisa.

Muitos foram os impactos ambientais causados pela agricultura convencional, o uso intensivo de agroquímicos causou um aumento expressivo na produção agrícola, mas aos poucos ficaram evidentes os problemas que ela também trouxe consigo: compactação dos solos, erosão, perda da fertilidade dos solos, perda da biodiversidade, contaminação dos alimentos, intoxicações crônicas e agudas dos trabalhadores rurais, contaminação dos solos e das águas por nitratos e agrotóxicos, aparecimento de pragas resistentes aos

agrotóxicos, aparecimento de novas pragas, alimentos sem sabor e sem durabilidade (FREITAS, 2000).

Diante de tantos “efeitos colaterais” uma pergunta precisava ser feita: Era a agricultura química sustentável? Muitas discussões se processaram em todo mundo com relação à busca do desenvolvimento sustentável, que propõe que as necessidades da presente geração sejam atendidas sem sacrificar a possibilidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades, considerando para isso, a importância dos aspectos econômicos, socioambientais e o respeito às diferenças culturais (MAZZOLENI; NOGUEIRA, 2006).

A partir dessas discussões, os homens vêm buscando estabelecer estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente e capazes de proteger os recursos naturais, além de serem mais duráveis no tempo, tentando fugir do estilo convencional de agricultura que passou a ser hegemônico a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica ocorridos já no início do século XX. Em diversos países, passaram a surgir estas agriculturas alternativas, com diferentes denominações: orgânica, biológica, biodinâmica, permacultura, etc. Cada uma delas seguindo determinados princípios, tecnologias, normas, regras e filosofias, segundo as correntes a que estão aderidas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

Para Assis (2002), os movimentos em prol de agriculturas alternativas em contraposição ao modelo convencional e buscando se distanciar do uso abusivo de insumos agrícolas industrializados, da perda do conhecimento tradicional e da deterioração da base social de produção de alimentos, têm tido um reconhecimento cada vez maior. Para estes movimentos a solução não está em alternativas parciais, mas no rompimento com a monocultura e o redesenho dos sistemas de produção, com o reconhecimento da importância de diferentes interações ecológicas para a produção agrícola de forma a

minimizar a necessidade de insumos externos à propriedade, tendo como base teórica a agroecologia.

A agroecologia é uma ciência desenvolvida a partir da década de 1970, como consequência de uma busca de suporte teórico para as diferentes correntes de agricultura alternativa que já vinham se desenvolvendo desde a década de 1920 (ASSIS, 2002).

Sintetizando as palavras de Gliessman (2008), Agroecologia é a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis. Um agroecossistema está bem desenhado se tem flexibilidade, resistência, capacidade de manter-se através do tempo, o que implica em introdução de espécies, rotação de cultivos, muitas coisas diferentes que permitam que o sistema resista aos problemas.

Movimentos de agricultura alternativa caracterizam-se pela utilização de tecnologias que respeitam a natureza, para, trabalhando com ela, manter ou alterar o menos possível as condições de equilíbrio entre os organismos envolvidos no processo de produção, bem como do ambiente. Como base na utilização destes princípios desenvolveu-se diferentes correntes de produção, entre as quais a agricultura orgânica que tem sido a mais difundida no Brasil (ASSIS, 1998).

A agricultura orgânica surge então, como alternativa ao modelo convencional. Diferentemente deste, o sistema de produção orgânica visa à produção de alimentos ecologicamente sustentável, economicamente viável e socialmente justa, capaz de integrar o homem ao meio ambiente (SANTOS; MONTEIRO, 2004)

Tanto quanto possível, os sistemas de agricultura orgânica baseiam-se na rotação de culturas, esterco animal, leguminosas, adubação verde, lixo orgânico de fora da fazenda, aspectos de controle biológico de pragas para manter a estrutura e produtividade do solo, fornecer nutrientes para as plantas e controlar insetos, ervas daninhas e outras pragas (AAO, 2010).

Segundo documento redigido pela FAO (2007), na International Conference on Organic Agriculture and Food Security, realizado em Roma em 03 de maio 2007, a agricultura orgânica não é mais um fenômeno apenas de países desenvolvidos, pois já é praticada atualmente em 120 países, representando 31 milhões de hectares e um mercado de 40 bilhões de dólares em 2006.

Uma das conclusões do relatório é que esses modelos sugerem que a agricultura orgânica tem o potencial para assegurar o abastecimento global de alimentos, assim como a agricultura convencional faz hoje, mas com reduzido impacto ambiental (FAO, 2007).

A agricultura orgânica vem ganhando espaço no mercado brasileiro e esse crescimento se deve em parte, ao fato da agricultura convencional basear-se na utilização intensiva de produtos químicos, fazendo com que os consumidores vejam neste sistema de produção uma possibilidade de risco à saúde e ao meio ambiente, buscando produtos isentos de contaminação (SANTOS; MONTEIRO, 2004).

Na Bahia, a agricultura orgânica está sendo implementada em diversas regiões e tem atraído considerável interesse dos produtores, entretanto o sistema de comercialização dos produtos ainda é pouco organizado, o que pode ser comprovado pelo baixo volume de produção, irregularidade da oferta e pouca variedade de produtos (OLALDE; DIAS, 2004).

Observando-se a importância de se produzir de maneira sustentável e vendo na agricultura orgânica uma alternativa para tal é que se decidiu investigar como tem se desenvolvido a agricultura orgânica no município de Mata de São João-Bahia. Para responder a essa questão traçamos os seguintes objetivos:

Objetivo Geral: Analisar o desenvolvimento da agricultura orgânica no núcleo JK, município de Mata de São João-Ba.

Objetivos específicos:

- I. Identificar os fatos que impulsionaram o surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no município de Mata de São João;
- II. Descrever e analisar as formas de organização dos produtores no referido município;
- III. Descrever e analisar as formas de comercialização da produção.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Agriculturas Alternativas

A história da agricultura alternativa antecede a chamada revolução verde¹. Surge na Alemanha, em 1924, com a agricultura biodinâmica, entre os anos de 1925 e 1930, com a agricultura orgânica (EHLERS, 1999). Em meados da década de 1930, o filósofo japonês Mokiti Okada fundava uma religião baseada no princípio da purificação, hoje Igreja Messiânica. Na Austrália, essas idéias evoluíram nas mãos do Dr. Bill Mollison e deram origem a um novo método conhecido como permacultura que significa um sistema evolutivo integrado de espécies vegetais e animais perenes. Na sua origem a agricultura alternativa, hoje agricultura sustentável, está associada a um pensamento filosófico, antroposófico ou esotérico (orientada por STEINER, Alemanha), de contestação política ou de reação a padrões industriais de produção e consumo de alimentos. Quer seja associado à preservação de saúde e de um estilo de vida anti-consumista, são todos movimentos de reação e de contestação ao domínio técnico industrial e crítico à agricultura de insumos

¹ Revolução Verde – RV, cujo pacote tecnológico básico se montou a partir das sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR e de um conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que as novas cultivares alcançasse níveis crescentes de produtividade (CAPORAL; COSTABEBER, 2002).

químicos. (BARRES; BONNY; LE PAPE; REMY, 1985 apud BRANDENBURG, 2003).

Segundo Ehlers (2008), durante décadas esses modelos alternativos de agricultura foram hostilizados tanto pela comunidade científica como pelo setor produtivo e se mantiveram a margem do cenário agrícola mundial, pode-se até dizer, em verdadeiros guetos. Nos anos 1950, todas as práticas alternativas eram rotuladas simplesmente como retrógradas e sem validade científica. E foi apenas com a chegada dos anos 70 que adquiriram maior expressão, firmando-se como uma forte reação ao padrão agrícola convencional.

Nos anos 70, o conjunto dos novos modelos de agricultura, passou a ser chamado de agricultura alternativa. O termo surgiu em 1977 na Holanda quando o Ministério da Agricultura e Pesca publicou um importante relatório, conhecido como "Relatório Holandês", contendo a análise de todas as correntes não convencionais de agricultura, que foram reunidas sob a denominação genérica de agricultura alternativa. Dessa forma, este termo não constitui uma corrente ou uma filosofia bem definida de agricultura, apenas é útil para reunir as correntes que se diferenciam da agricultura convencional (DAROLT, 2000).

Ratificando o supracitado Paschoal (1995), considera que o termo agricultura alternativa não expressa um novo modelo ou uma filosofia de agricultura, mas tão somente uma terminologia útil para reunir todos os modelos que têm idênticos propósitos e técnicas semelhantes, que não se identificam com os intentos puramente econômicos, imediatistas e pouco científicos da agricultura químico-industrial.

No Brasil, o movimento alternativo teve seus primeiros desdobramentos a partir da década de 1970. Em meio ao ambiente contestatório da contracultura, intelectuais, estudantes e políticos progressistas questionavam o tratamento dado à questão agrária e a estratégia de modernização que vinha sendo implementada com o apoio do governo militar. Discutiam-se também, os

impactos sociais, econômicos e ambientais da intensificação do padrão convencional (EHLERS, 2008).

Em consonância com a afirmação supracitada, Brandenburg (2003), considera que enquanto um movimento socialmente organizado, a agricultura alternativa tem sua origem nos anos 70. Surge como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola. O surgimento da agricultura alternativa, no Brasil, coincide com o ressurgimento dos movimentos alternativos nos Estados Unidos e Europa.

Ainda segundo Brandenburg (2003), embora os modelos Europeus inspirassem formas alternativas de organização da produção aqui no Brasil, a agricultura alternativa surge diante de contextos de uma política agrária excludente, motivada por organizações politicamente engajadas e visando a construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social.

Nos anos 80, se convencionou chamar as agriculturas ambientalmente mais corretas de "*agricultura alternativa*". De fato, existem muitos tipos de agriculturas alternativas, com diferentes denominações. Elas se orientam por determinadas linhas filosóficas, diferentes enfoques metodológicos, assim como diferentes práticas, tecnologias, uso de preparados ou, simplesmente, proibições e restrições de uso de certos insumos, etc. Dependendo do arranjo que seja adotado no processo produtivo, elas assumem diferentes denominações (CAPORAL, 2005).

Atualmente, o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária abrange também o termo agricultura sustentável. Este conceito muito amplo e repleto de contradições deve ser considerado mais como um objetivo a ser atingido do que, simplesmente, um conjunto de práticas agrícolas. Desta forma, as várias correntes citadas (biodinâmica, biológica, natural, permacultura, ecológica, agroecológica, regenerativa e em alguns casos, a própria agricultura sustentável) são consideradas como uma forma de agricultura orgânica, desde que estejam de acordo com as normas técnicas

para produção e comercialização, apesar das pequenas particularidades existentes (DAROLT, 2000).

Os sistemas de produção alternativa, nos quais o ambiente desempenha um papel fundamental e ativo, embora não apresentem consenso em relação à terminologia, têm como princípio uma relação de respeito com a natureza. Assim, do ponto de vista prático, existe um entendimento harmonioso entre as diversas correntes. (DULLEY, 2003).

Para Ehlers (2008), o que há de comum a todas essas escolas, propostas e vertentes rebeldes é o objetivo de desenvolver uma agricultura ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável. Alguns dos princípios básicos desse movimento são: a diminuição dos agroquímicos e a valorização dos processos biológicos e vegetativos nos sistemas produtivos, quanto às práticas agrícolas, todas defendem a revalorização da adubação orgânica, seja ela de origem vegetal ou animal, do plantio consorciado, da rotação de culturas e do controle biológico de pragas.

Ratificando a opinião supracitada Darolt (2000), considera que há um ponto comum entre as diferentes correntes que formam a base da agricultura orgânica. Sendo este, a busca de um sistema de produção sustentável no tempo e no espaço. Isto ocorre mediante o manejo, a proteção dos recursos naturais, sem a utilização de produtos químicos agressivos à saúde humana e ao meio ambiente, mantendo o incremento da fertilidade e a vida dos solos, a diversidade biológica e respeitando a integridade cultural dos agricultores.

Com o objetivo de melhor conhecermos os principais movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção, conceituamos as diferentes correntes com seus princípios básicos e particularidades, como podemos observar no quadro 1 abaixo:

QUADRO 1 - Princípios Básicos e particularidades dos principais movimentos que originaram os métodos orgânicos de produção.

MOVIMENTO OU CORRENTE	PRINCÍPIOS BÁSICOS	PARTICULARIDADES
<p>Agricultura Biodinâmica (ABD)</p>	<p>É definida como uma "ciência espiritual", ligado à antroposofia, em que a propriedade deve ser entendida como um organismo. Preconizam-se práticas que permitam a interação entre animais e vegetais; respeito ao calendário astrológico biodinâmico; utilização de preparados biodinâmicos, que visam reativar as forças vitais da natureza; e medidas de conservação do meio ambiente.</p>	<p>Na prática, o que mais diferencia a ABD das outras correntes orgânicas é a utilização de alguns preparados biodinâmicos (compostos líquidos de alta diluição, elaborados a partir de substâncias minerais, vegetais e animais) aplicados no solo, planta e composto, baseados numa perspectiva energética e em conformidade com a disposição dos astros.</p>
<p>Agricultura Biológica (AB)</p>	<p>Não apresenta vinculação religiosa. No início o modelo era baseado em aspectos socioeconômicos e políticos: autonomia do produtor e comercialização direta. A preocupação era a proteção ambiental, qualidade biológica do alimento e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Os princípios da AB são baseados na saúde da planta, que está ligada à saúde dos solos. Ou seja, uma planta bem nutrida, além de ficar mais resistente a doenças e pragas, fornece ao homem um alimento de maior valor biológico.</p>	<p>Não considerava essencial a associação da agricultura com a pecuária. Recomendam uso de matéria orgânica, porém essa pode vir de outras fontes externas à propriedade, diferentemente do que preconizam os biodinâmicos. Segundo seus precursores, o mais importante era a integração entre as propriedades e com o conjunto das atividades socioeconômicas regionais. Este termo é mais utilizado em países europeus de origem latina (França, Itália, Portugal e Espanha).</p>
<p>Agricultura Natural (AN)</p>	<p>O modelo apresenta uma vinculação religiosa (Igreja Messiânica). O princípio fundamental é o de que as atividades agrícolas devem respeitar as leis da natureza, reduzindo ao mínimo possível a interferência sobre o ecossistema. Na prática não é recomendado o revolvimento do solo, nem a utilização de composto orgânico com dejetos de animais. Aliás, o uso de esterco animal é rejeitado.</p>	<p>Na prática se utilizam produtos especiais para preparação de compostos orgânicos, chamados de <i>microrganismos eficientes</i> (EM). Esses produtos são comercializados e possuem fórmula e patente detidas pelo fabricante. Esse modelo está dentro das normas da agricultura orgânica.</p>

<p style="text-align: center;">Agricultura Orgânica (AO)</p>	<p>Não tem ligação a nenhum movimento religioso. Baseado na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural, pelo uso da matéria orgânica, o que é essencial à saúde das plantas. Como as outras correntes essa proposta é totalmente contrária à utilização de adubos químicos solúveis. Os princípios são, basicamente, os mesmos da agricultura biológica.</p>	<p>Apresenta um conjunto de normas bem definidas para produção e comercialização da produção determinadas e aceitas internacionalmente e nacionalmente. Atualmente, o nome "agricultura orgânica" é utilizado em países de origem anglo-saxã, germânica e latina. Pode ser considerado como sinônimo de agricultura biológica e engloba as práticas agrícolas da agricultura biodinâmica e natural.</p>
---	---	---

Fonte: DAROLT, 2000.

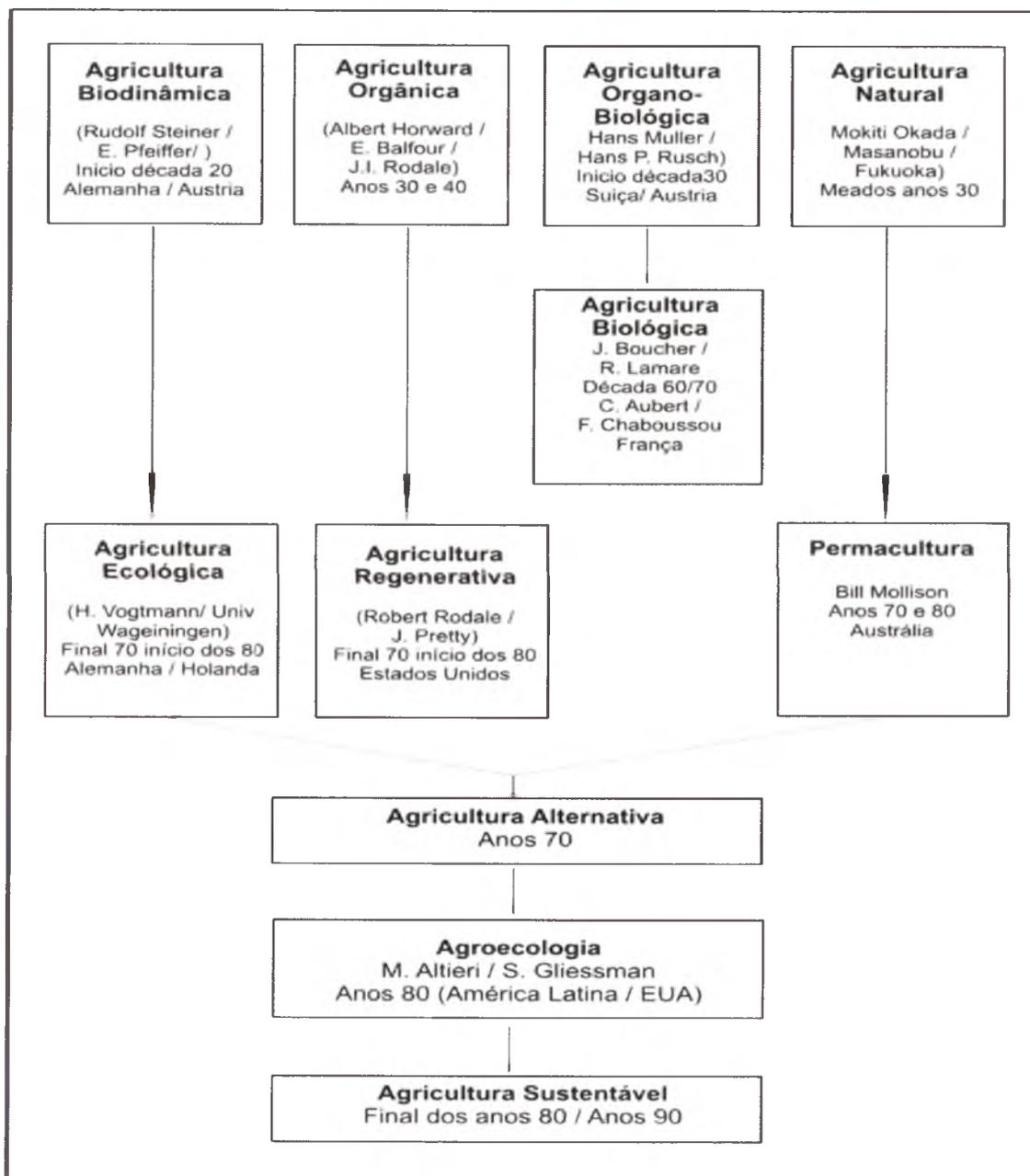
Segundo Ehlers (2008), Apesar do crescimento das vertentes alternativas, os avanços desse movimento, no Brasil e em outros países, não foram suficientes para frear os impactos ambientais da modernização agrícola. Na prática o que se viu a partir dos anos 1970 foi o rápido crescimento do padrão moderno, convencional ou clássico, particularmente nos países do terceiro mundo.

Para Brandenburg (1998), a sustentabilidade na agricultura só pode ser atingida uma vez que o equilíbrio do ecossistema obtido, entendido no sentido mais amplo que apenas o biológico. Não se constrói uma sociedade sustentável sem levar em conta a sustentabilidade social dos diversos grupos. Não se faz desenvolvimento sustentável sem construir uma sociedade sustentável.

O conceito de agroecologia e agricultura sustentável lançados em 1972 na Conferência de Estocolmo na Suécia, consolidou-se na conferência da Eco 92 realizada no Rio de Janeiro, quando foram reafirmadas as bases para um desenvolvimento sustentável no planeta. Nos dias de hoje, o termo é entendido como um conjunto de princípios e técnicas que visam produzir alimentos mais saudáveis, valorizando o homem do campo, sua família, seu trabalho e sua cultura, assim como, reduzir a dependência de energia externa e o impacto ambiental da atividade agrícola e industrial (CASEMIRO, 2007).

A indicação das correntes do pensamento ligadas ao movimento de agricultura sustentável, segundo Darolt (2000), mostra a evolução histórica deste movimento ao longo do tempo e seus precursores (figura 1).

FIGURA 1 – Principais correntes de pensamento ligadas ao movimento orgânico e seus precursores.



Fonte: DAROLT, (2000).

Na agricultura, o conceito sustentabilidade é muito valoroso porque ele pode se constituir em subsídio para a criação de políticas públicas e práticas

mais adequadas que nos levem a um desenvolvimento rural mais igualitário com interações ambientais mais saltares.

De acordo com Lehman et al (1993), há uma opção pela ênfase ao meio ambiente em sua definição de agricultura sustentável. Para eles, viabilidade econômica pode ser um objetivo social importante, mas esse é um objetivo que deveria ser encarado como independente dos objetivos da agricultura sustentável e concluem:

“Agricultura sustentável consiste em processos agrícolas, isto é, processos que envolvam atividades biológicas de crescimento e reprodução com a intenção de produzir culturas, que não comprometa nossa capacidade futura de praticar agricultura com sucesso. Assim... nós podemos dizer que agricultura sustentável consiste em processos agrícolas que não exaurem nenhum recurso que seja essencial para a agricultura” (LEHMAN et al, 2003 apud CASEMIRO, 2007).

Em dissonância com a afirmação supracitada Thrupp (1993), considera que a sustentabilidade não pode ser considerada como uma questão puramente ambiental ou tecnológica. Para tanto é vital que se confrontem e se oponham a temas sócio-políticos com as idéias relacionadas com o determinismo tecnológico ou ecológico.

“O problema principal da sustentabilidade é a pobreza. A sustentabilidade ou “insustentabilidade” da agricultura é intimamente relacionada com a manutenção de um sistema político-social que pode perpetuar situações de distribuição e utilização de recursos profundamente desiguais. A agricultura não pode ser sustentável se existe um flagrante de má distribuição de poder, terras, bens e saúde entre as pessoas. Se a pobreza rural é uma das causas de problemas ambientais como: desertificação e desmatamento, esta pobreza é causada por estruturas político/econômicas que encorajam a concentração de terras, destroem sistemas tradicionais de manejo de recursos, privatiza recursos públicos e subsidia tecnologias que não são sustentáveis” (ALLEN, 1993 apud REDE AMBIENTE, 2010).

Em realidade, os distintos significados para o conceito de sustentabilidade revelam diferentes, muitas vezes conflitantes, valores, percepções e visões políticas a respeito de como a agricultura, a indústria, o

comércio, deveria desenvolver-se, e de como os recursos naturais deveriam ser utilizados. Sustentabilidade é um conceito em disputa. Sendo assim, a noção de sustentabilidade abriga diferentes, por vezes opostas, concepções políticas e propostas de desenvolvimento. Desde aquelas que propõem simples ajustes no presente modelo de desenvolvimento, até aquelas que demandam mudanças mais radicais e/ou estruturais nos padrões de produção e de consumo da sociedade como um todo (EHLERS, 1996).

A agricultura, antes de ser uma atividade essencialmente econômica, é uma atividade também cultural, e mais do que de processos naturais, trata-se, fundamentalmente, de processos socioculturais, de uma construção humana. Nessa perspectiva, a agricultura sustentável é, portanto, não apenas um modelo ou um pacote a ser simplesmente imposto. É mais um processo de aprendizagem (PRETTY, 1995).

O Estado brasileiro ao regulamentar esses sistemas de produção adotou a denominação genérica de orgânico, tornando as demais denominações (biodinâmica, natural, biológicas, ecológica, permacultura e etc.) como equivalentes. Esse procedimento também foi adotado por duas das mais importantes certificadoras de produtos orgânicos do país: o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento (IBD) e a Certificadora Mokiti Okada (CMO) (DULLEY, 2003).

2.2 A agricultura Orgânica

O conceito de agricultura orgânica surgiu com o inglês Sir. Albert Howard, entre os anos de 1925 e 1930, através dos trabalhos de compostagem e adubação orgânica realizados no Institute of Plant Industry na Índia. Howard ressaltava a importância da utilização da matéria orgânica e da manutenção da vida biológica do solo. A partir desta idéia, pôde-se apreender que a agricultura orgânica se trata de um sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos de alta solubilidade, agrotóxicos, reguladores de crescimento e aditivos para a alimentação animal compostos sinteticamente. O uso de esterco animal, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e

controle biológico de pragas e doenças também são indicados para manter a estrutura e produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza (EHLERS, 1999).

Segundo Howard a fertilidade dos solos deve ser construída a partir de um amplo suprimento de matéria orgânica e, sobretudo na manutenção de elevados níveis de húmus (matéria orgânica já decomposta e estabilizada) no solo. Também como nas outras correntes agroecológica, o solo é considerado um "organismo complexo". Repleto de seres vivos (minhocas, bactérias, fungos, formigas, cupins, etc.) e de substâncias minerais em constante interação e interdependência, o que significa que ao se manejar um aspecto (adubação, por exemplo), faz-se necessário considerar todos os outros (diversidade biológica, qualidade das águas subterrâneas, suscetibilidade à erosão, etc.) de forma conjunta. Este é o princípio da "visão sistêmica" da agricultura (também chamado "holismo"), o qual prescreve que a propriedade agrícola deva ser considerada em todas as suas dimensões produtiva, ecológica, social, econômica (PLANETA ORGÂNICO, 2010).

A visão holística é um dos princípios da Agroecologia, que considera a produção agrícola como uma totalidade maior e mais complexa do que a simples soma das partes (adubação, controle de pragas e doenças, gestão dos resíduos, entre outros).

Em concordância com o supracitado, Primavesi 2003, considera que a Agricultura Orgânica tem de ser mesmo ecológica, e holística, ou seja, natural e trabalhar conforme o ecossistema. Por isso não pode ser orientada por normas e receitas, mas somente por conceitos. Há 4 itens que nunca podem ser negligenciados dos quais depende a agricultura tropical: a) Suficiente Matéria Orgânica; b) A biodiversidade vegetal da qual depende a diversidade da vida no solo; c) A cobertura do solo para evitar seu superaquecimento; d) O controle do vento (quebra-ventos e bosques).

Ratificando a idéia de Primavesi sobre a Agricultura Orgânica, Ormond et al (2002), consideram que a agricultura orgânica é um conjunto de processos

de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza. A adubação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças.

Segundo Penteado (2000), a agricultura orgânica tem por princípio estabelecer sistemas de produção com base em tecnologias de processos, ou seja, um conjunto de procedimentos que envolvam a planta, o solo e as condições climáticas, produzindo um alimento sadio e com suas características e sabor originais atendendo às expectativas do consumidor.

Sintetizando as palavras de Santos; Monteiro (2004), a agricultura orgânica tem como princípios e práticas encorajar e realçar ciclos biológicos dentro do sistema de agricultura para manter e aumentar a fertilidade do solo, minimizar todas as formas de poluição, evitar o uso de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos mantendo a diversidade genética do sistema de produção e considerando também o amplo impacto social e ecológico do sistema de produção de alimentos de boa qualidade.

O conceito de orgânicos da (*Food and Agriculture Organization*) FAO², que visa nortear em todo mundo a formulação de legislações e também influenciar nas transações comerciais:

“A agricultura orgânica é um sistema holístico de manejo da produção, que promove a saúde e o desenvolvimento sustentável nos agroecossistemas, observando a biodiversidade, os ciclos biológicos e a atividade biológica no solo. Ela enfatiza o uso de práticas de manejo em detrimento

² A FAO é a **Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação**, fundada em 1945 tem por objetivos elevar os níveis de segurança alimentar de nutrição e vida, melhorar a produtividade agrícola assim como as condições da população rural além de gerir os recursos naturais de forma sustentável.

da entrada de insumos externos ao sistema, levando em conta sistemas adaptados localmente, de acordo com as condições requeridas para a região. É complementada pelo uso de métodos agrônômicos, biológicos e mecânicos, onde possível, para cumprir qualquer tipo de função dentro do sistema, se opondo ao uso de produtos sintéticos". (FAO *apud* VILELA, 2010).

A agricultura orgânica, acima de tudo, pode ser vista como uma estratégia alternativa para viabilizar a pequena propriedade, além disso, apresenta-se como uma retomada do uso de antigas práticas agrícolas, porém, utilizando-se de modernas tecnologias de produção, visando melhorar a produtividade e minimizar a interferência nos ecossistemas (ORMOND et al, 2002).

2.3 O Mercado nacional do produto orgânico

O crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por alimentação cada vez mais saudável que ocorreu na década de 80 foi um fator impulsionador da ampliação da clientela de produtos orgânicos. Neste período organizaram-se muitas das cooperativas de produção e consumo de produtos naturais hoje em atividade, bem como os restaurantes dedicados a esse tipo de alimentação. Na década de 90, com a ECO 92, o número de estabelecimentos comerciais de venda de produtos naturais proliferou e no final desta década os produtos orgânicos entraram com força nos supermercados (ORMOND et al, 2002).

Segundo pesquisa realizada pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) e divulgada pela BIOFACH³ 2009 realizada em Nuremberg, o Brasil é o terceiro maior país com áreas destinadas a plantação de orgânicos com 1,8 milhões de hectares, estando abaixo da Austrália com 12 milhões de hectares e da Argentina com 2,8 milhões de hectares (AGÊNCIA BRASIL, 2009).

³ **BIOFACH** - World Organic Trade Fair (Feira Internacional de Negócio de Produtos Orgânicos) a versão América Latina acontece no Brasil há cinco anos, em São Paulo, conta com participação de expositores produtores de orgânicos, empresas processadores, órgãos governamentais, ONGs, entre outros.

De acordo com a Organics Brasil (2009), 27 empresas do grupo participaram da Biofach 2009 em Nuremberg com estandes diversificados contendo produtos como frutas, polpa de fruta, fruta desidratada, geléias, café, guaraná, chá mate, cacau, palmito, barra de cereais, frutas exóticas do Brasil como açaí, cupuaçu e acerola, castanhas, mel, cachaça, soja e seus derivados.

A Organics Brasil foi criada em 2005 por meio de uma parceria entre o Instituto de Promoção do Desenvolvimento (IPD), que é uma organização não-governamental paranaense, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Desenvolvimento (APEX) e a Federação das Indústrias do Paraná.

No que tange ao número de empresas que abrangem a Organics Brasil são atualmente no total de 71 (ORGANICS BRASIL, 2009). Em 2005, eram 12 empresas associadas e o volume de exportação foi de US\$ 9,5 milhões; em 2006, o número de empresas associadas passou para 33 e o volume de exportação foi da ordem de US\$ 15 milhões; em 2007, subiu para 42 empresas e US\$ 21 milhões e em 2008, 67 empresas associadas e exportações de US\$ 58 milhões mantendo uma tendência de crescimento (IPD, 2009).

O Brasil está entre os seis maiores exportadores mundiais de orgânicos, cerca de 75% da produção nacional em volume é exportada, especialmente para Europa, Estados Unidos e Japão. Para exportar, os produtores brasileiros seguem as regras estabelecidas no mercado importador, atendendo as exigências de certificação de produto orgânico estabelecidas segundo o país importador (DAROLT, 2006)

Ainda segundo Darolt (2006), na Europa, a Alemanha é o maior consumidor dos produtos orgânicos brasileiros, seguida pela Holanda. Outros países que compram do Brasil são os Estados Unidos, Japão, Canadá, Dinamarca, Itália, Espanha, Áustria, Austrália, Suíça, França, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia, Portugal, China, Israel, África do Sul, Uganda, Coréia, Tawain, Uruguai, Bolívia, Argentina.

Pelo menos 30 tipos de produtos orgânicos vêm sendo produzidos no país sendo que os principais produtos brasileiros exportados são café (Minas Gerais); cacau (Bahia); soja, açúcar mascavo, erva-mate, café (Paraná); suco de laranja, açúcar mascavo e frutas secas (São Paulo); castanha de caju, azeite de dendê e frutas tropicais (Nordeste); óleo de palma e palmito (Pará); guaraná (Amazonas); arroz, soja e frutas cítricas (Rio Grande do Sul) e arroz (Santa Catarina) (CAMARGO FILHO et al, 2004).

Observa-se então, que o Brasil tem exportado, predominantemente, produtos não processados, como o cacau ao invés do achocolatado, por exemplo, mantendo, desse modo, os mesmos moldes das exportações brasileiras agrícolas convencionais. Assim sendo, quem participa deste mercado são os grandes produtores de frutas, açúcar, óleos, grãos, entre outros. Em oposição a este mercado estão os pequenos produtores que produzem, prioritariamente, verduras, legumes e produtos processados, como geléias, bolos, tortas, massas comercializados no mercado interno (TERRAZZAN; VALARINE 2009).

Para Souza (2003) os alimentos comercializados *in natura* são os mais expressivos na produção orgânica nacional, sobretudo hortaliças e legumes. Ainda há dificuldades técnicas para produção de frutas e produtos de origem animal. Produtos que possam ter maior valor agregado começam a surgir, com empresas que processam matéria prima orgânica. Souza (2003) ressalta que as empresas certificadas processadoras de orgânicos ainda são poucas. São estimadas em 27 por Darolt (2002) e em 127 por Ormond *et al* (2002). Os produtos processados que mais se destacam são: café solúvel, torrado e moído - açúcar, suco de laranja, castanha de caju e óleos vegetais.

A maior parte da produção orgânica brasileira (80%) encontra-se nos estados do Sul e Sudeste (CAMARGO FILHO et al, 2004).

No Brasil, pode-se dizer que os produtos orgânicos estão em fase de introdução no mercado, pelo fato de que apenas 15% do que é produzido organicamente ser destinado para o mercado interno, o restante vai para o

mercado externo. Como isso, a oferta tem sido bem pequena o que vem gerando além da falta do produto desconhecimento dos consumidores sobre os benefícios destes produtos. (DAROLT, 2002).

Para Guivant (2003), o mercado doméstico é abastecido principalmente por produtos frescos como FLV, mas pouco a pouco, amplia-se a variedade de produtos que vem sendo oferecida nos pontos de venda, incluindo alimentos processados ou com valor agregado, como verduras pré-lavadas e saladas prontas orgânicas. A Grande São Paulo representa metade do consumo nacional de produtos orgânicos, o que ainda é pouco em relação ao potencial do mercado. Além de ser o maior pólo consumidor de orgânicos do país, São Paulo é um importante centro produtor.

Dentro do mercado interno, a produção de hortaliças foi um dos grandes impulsionadores para o desenvolvimento da agricultura orgânica, pois ela se adéqua às pequenas propriedades de gestão familiar por possibilitar a produção de uma diversidade de produtos numa mesma área, por demandar uma menor dependência de recursos externos, com maior utilização de mão de obra e menor necessidade de capital (ORMOND et al, 2002).

2.3.1 A agricultura orgânica enquanto nicho de mercado.

A expressão "nicho de mercado" está intrinsecamente associada a segmento de mercado, mas representa algo mais do que isso. Nicho é um segmento de mercado com características especiais em termos de necessidades a serem atendidas. Para o pequeno produtor, o nicho de mercado significa a oportunidade de atender com excelência a uma necessidade específica de determinado público, consolidando-se como o seu fornecedor número um. Em suma, fala-se de oportunidades de negócios que podem ser aproveitadas (FELIPINI, 2010).

Para Campanhola; Valarini (2001), a agricultura orgânica é uma opção viável para a inserção dos pequenos produtores no mercado, podendo-se considerar que um dos argumentos que sustentam esta afirmação é o fato dos

produtos orgânicos apresentarem características de nichos de mercado e, portanto, visam atender a um segmento restrito e seleto de consumidores, que têm disposição para pagar um sobrepreço por esses produtos, o que não acontece com as commodities agrícolas.

Ainda segundo Campanhola; Valarini (2001), o pequeno produtor mesmo não atingindo grande escala produtiva, pode disponibilizar seus produtos em pequenos mercados locais. Esta parece ser a melhor alternativa aos pequenos agricultores, pois facilita a interação com os consumidores e a melhor adequação dos produtos conforme as suas exigências, fortalecendo relações de confiança e credibilidade entre as partes envolvidas.

A agricultura orgânica (AO) tem sido apontada como um meio para a construção de um novo padrão de produção agropecuária e para a reconstrução da cidadania no campo. Esta perspectiva de trabalhar a agricultura orgânica não como um fim em si, mas como um meio de resistência e de permanência da agricultura familiar, dentro de um programa maior de desenvolvimento rural sustentável e solidário, faz com que se venha trabalhando a ampliação do número de agricultores orgânicos, assim como, o aumento do número de consumidores deste tipo de produto (SCHIMIDT, 2001).

Então, à medida que o movimento da agricultura orgânica for capaz de fomentar esta ampliação dos números de produtores e consumidores, o mercado irá se expandir a um ponto tal, que perderá a característica de nicho de mercado.

2.4 Comercialização

O processo de comercialização constitui um dos principais entraves ao desenvolvimento da agricultura orgânica. A criação e manutenção dos canais de comercialização dependem da diversificação, padronização de produtos e regularidade na oferta da produção (ARNALDI; PEROSA, 2004).

Dentro do processo de comercialização, a distribuição é uma das fases mais importantes, pois representa o último estágio antes do consumidor, é na

distribuição que é escoada a produção, seja para o mercado interno ou para exportação (CASEMIRO, 2007).

De acordo com Ormond *et al* (2002), Nos locais de vendas de produtos, os produtores conseguem captar boa parte do conhecimento das preferências dos consumidores e da quantidade demandada pelo mercado. Essas informações, quando repassadas aos seus fornecedores, permitem o planejamento da produção. Os canais de distribuição são representados pelas lojas de produtos naturais, supermercados, lojas especializadas em horti-frutis e as feiras.

Ainda segundo Ormond (2002), a comercialização dos produtos orgânicos até meados da década de 90 era restrita às feiras e às lojas de produtos naturais, devido à pequena quantidade produzida. No final da década, surgiram novos canais de distribuição como associações e cooperativas, possibilitando uma maior difusão e comercialização dos produtos. Recentemente, as grandes redes de supermercados vêm se destacando como um dos principais canais de comercialização, apresentando-os como produtos de alta qualidade, selecionados, classificados, rotulados e embalados.

Segundo Guivant (2003), em pesquisa publicada sobre a importância dos supermercados na oferta de alimentos orgânicos, ela afirma que, à medida que a produção e o mercado de alimentos orgânicos foram se expandindo durante os anos 90, tanto no contexto internacional quanto no Brasil, os supermercados passaram a ter um papel dominante em relação aos canais alternativos de comercialização. As tradicionais lojas de produtos naturais e as feiras passaram a ter um papel secundário.

Para Schimidt (2001), na medida em que a agricultura orgânica fica submetida aos mesmos modos de organização e comercialização da agricultura convencional, ela perde o seu conteúdo ético e o seu caráter contestatório.

Para Darolt (s/d), a diversificação, que é um dos princípios básicos em agricultura orgânica, deve ser considerada também na hora de vender a produção, pois a comercialização é um dos principais entraves a serem equacionados para o sucesso no agronegócio orgânico. Neste sentido, o produtor pode escolher o tipo de venda que melhor se adapta às condições do seu negócio. Podendo dividir os canais de comercialização em três tipos: **(1) Venda Direta ao Consumidor**: no local de produção; feiras verdes e exposições; sacolas em domicílio; cestas em empresas ou repartições públicas; restaurantes e cantinas; loja própria na cidade; **(2) Varejo**: pequenos comércios e supermercados; e **(3) Atacado**: grandes atacadistas, hipermercados e CEASAS.

2.5 Certificação da Produção Orgânica no Brasil.

Na cadeia produtiva dos alimentos orgânicos assim como outros modelos de produção agrícola, cada elo da cadeia tem sua função, para os alimentos orgânicos existe um elo a mais, o da certificação (CASEMIRO, 2007).

Para Ormond *et al* (2002), os novos canais de distribuição e comercialização possibilitaram que os orgânicos alcançassem maior número de consumidores, tornando a demanda mais regular, porém, em consequência, mais raro o contato entre produtores e consumidores, necessitando, portanto, de um terceiro elemento que assegure ao distribuidor e ao consumidor a veracidade das informações sobre o processo de produção, de forma a restabelecer a confiança no bem adquirido. Isso se dá pela emissão de um certificado por empresa habilitada, atestando a adequação dos procedimentos do produtor, e pela aplicação de um selo de garantia na embalagem do produto.

A certificação é uma expressão do processo de institucionalização, catalisadora de grande parte das discussões que envolvem o marco legal dos orgânicos, uma vez que através dela se apregoa a garantia de qualidade dos produtos para que os mesmos sejam comercializados. Para tanto se

formalizam normas e procedimentos a serem verificados, os quais devem estar em conformidade e serem reconhecidos pelas partes envolvidas, o que implica na relação com os diferentes tipos de mercados que se constroem (DAROLT, 2005).

O debate em torno da certificação tomou proporções mais significativas no Brasil a partir de 1994, quando o Ministério da Agricultura iniciou o processo de normatização da produção, da certificação para o fornecimento de um selo de qualidade e da comercialização de produtos orgânicos. Inicialmente, ele foi realizado sem a participação dos diversos atores interessados no tema, o que gerou a mobilização por parte das instituições que defendiam uma ampla discussão em torno do assunto. Após embates iniciais, o Ministério convidou as organizações e pessoas que representavam a diversidade de experiências no Brasil (SANTOS, 2005).

Ainda segundo Santos (2005), havia uma divergência clara nesse processo, de um lado as organizações que seguiam o modelo proposto pela IFOAM, representado pela presença de uma certificadora externa e inspetores ou auditores desconectados das iniciativas a serem certificadas. Por outro lado, as organizações que defendiam que o selo orgânico era desnecessário. Argumentava-se, inclusive, que era preciso colocar um “selo vermelho” naqueles produtos produzidos com agrotóxicos e não um “selo verde” nos orgânicos.

Na verdade, as entidades contrárias à certificação têm uma trajetória de trabalho junto aos produtores e consumidores de produtos orgânicos, nas chamadas redes de geração de confiança ou redes de credibilidade, certificando e rotulando os produtos sem custo para consumidores e produtores. Nesse sistema, produtores, consumidores, técnicos e entidades participam de uma rede de relações onde se constrói confiança e credibilidade na conduta dos agentes e na qualidade dos produtos. Assim, os argumentos contrários à certificação por parte dessas entidades referem-se ao risco de

oligopolização das certificadoras e ao custo da certificação (SOUZA; BULHÕES, 2002).

Para Fonseca (2001), há que se ter em mente que muitas vezes os interesses das instituições certificadoras não são os mesmos dos agricultores e processadores, principalmente quando se fala num mercado mundial de US\$ 100 bilhões anuais, crescendo a taxas anuais de 20% a 30%. O custo dessa certificação varia de 0,5% a 2,5% do valor da produção orgânica, inviabilizando iniciativas de pequenos agricultores e pequenas agroindústrias.

A discussão continuou nos anos seguintes, quando finalmente, em maio de 1999, o MA publicou a Instrução Normativa nº 007/99 (atualmente revogada pela IN nº 64/2008), criando um selo de qualidade para os produtos orgânicos. A referida norma recusa os transgênicos e a radiação ionizante, e trata tanto do processo de produção quanto de industrialização. Na Instrução Normativa são criados os Órgãos Colegiados, Nacional (OCN) e Estadual. Eles são paritários e têm a função de credenciar as instituições certificadoras que serão responsáveis pela certificação e controle de qualidade orgânica (FONSECA, 2001).

Para Darolt (2006), há dados controversos sobre os números e a origem de organismos certificadores em operação no Brasil. O estudo realizado por Ormond et al identificou, em 2002, que havia 19 organismos certificadores, sendo 12 de origem nacional e sete internacional, sendo que na época da pesquisa todos estavam em processo de regularização junto aos colegiados estaduais e nacionais. O estudo identificou a localização de 17 deles, mostrando que a maioria tinha sede nos estados do sul e sudeste: 11 em São Paulo, 01 no Espírito Santo, 01 em Minas Gerais, 02 no Rio Grande do Sul, 01 em Mato Grosso e 01 em Pernambuco.

A duração do processo de certificação pode variar de 1 a 4 anos, dependendo do sistema de produção e do mercado consumidor. Para o mercado interno a propriedade que trabalha com culturas anuais deverá obedecer a um período mínimo de 12 meses de manejo orgânico, para que a produção subsequente seja considerada como orgânica. No

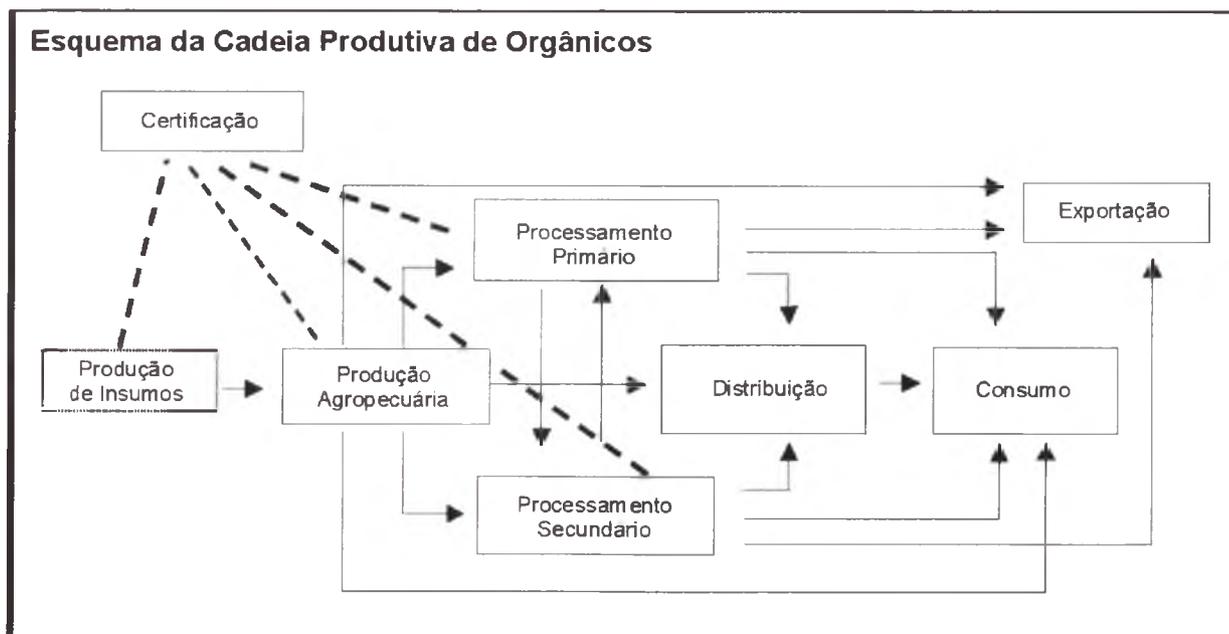
caso de culturas perenes, a propriedade deverá cumprir um período de conversão de 18 meses em manejo orgânico. Para atender à legislação do mercado internacional o prazo é mais dilatado, sendo 24 meses para culturas anuais e um período de conversão de 36 meses para culturas perenes. Vale lembrar que os períodos de conversão, acima mencionados, poderão ser ampliados pela certificadora em função do uso anterior e da situação ecológica da propriedade (DAROLT, 2002).

Para Lourenzani *et al* (2006), a certificação atinge objetivos de quem está oferecendo e demandando um produto: sob a ótica do produtor, a certificação serve de instrumento para fornecer procedimentos e padrões que visam gerenciar seus atributos e garantir seu acesso ao mercado; pela ótica do consumidor, a certificação tem o objetivo de informar e garantir os atributos preconizados pelo produto.

O direito do consumidor é uma matéria que cada vez mais, pressiona as empresas produtoras e fornecedores de bens e serviços a melhorarem seus processos, tornando transparentes as informações dos produtos, através dos rótulos, embalagens e demais canais de informação. O sistema orgânico é o único que dentro de sua cadeia produtiva (figura 2) tem o processo de certificação como um elo essencial em todas as fases, da produção até a entrega ao consumidor do produto final (CASEMIRO, 2007).

A certificação pode ser "em rede" ou "unitária". A primeira ocorre quando ONG's locais, regionais e estaduais se credenciam mutuamente em regime de reciprocidade, com o objetivo de diminuir os custos do processo. Já a segunda é realizada por uma única entidade certificadora, fiscalizada pelo Colegiado Estadual de Agricultura Orgânica ou por organismos externos, através de auditorias periódicas (FELICONIO, 2002 apud CASEMIRO 2007).

FIGURA 2- Cadeia de Produção de Orgânicos



Fonte: Adaptado de Ormond *et al.* (2002)

Em recente estudo realizado por MEDAETS; FONSECA (2005), os autores destacam a existência de dois sistemas de garantia: o de terceira parte e a participativa ou solidária. O sistema de garantia de terceira parte é a certificação por auditoria externa. Neste caso, a garantia quanto à qualidade do produto não é dada pelos produtores e nem pelo Estado, mas sim por uma terceira parte. Esta parte é representada por organismos certificadores, que, a partir de inspeção externa feita nas propriedades e de análises laboratoriais, vão verificar se a produção está em conformidade com o padrão ISO definido. Neste caso não é o inspetor quem certifica, mas todos os protocolos são encaminhados ao organismo certificador, e é ele que atesta por certificado a qualidade.

Neste sistema de avaliação o que ocorre é “um processo de intermediação da confiança”, não são os produtores/agricultores que asseguram aos compradores a qualidade de seus produtos, mas sim um organismo certificador. Este sistema responde de maneira efetiva a estrutura

do hegemônico mercado agroalimentar nacional e internacional (DAROLT, 2006).

Distinta da certificação de terceira parte está a certificação participativa, o fundamento deste sistema está na confiança e participação dos envolvidos no processo para que haja a garantia da qualidade do produto, desde a produção ao consumo. A este tipo de garantia se denomina atualmente como de “conformidade social”, e, ele está mais próximo do mercado das relações diretas, seja na relação com o consumidor final individual ou coletivo (MEDAETS; FONSECA, 2005).

“A certificação participativa é um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção ecológica são realizadas com a participação efetiva dos agricultores, consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade. O selo Ecovida é obtido após uma série de procedimentos desenvolvidos dentro de cada núcleo regional. Ali ocorre a filiação à Rede, a troca de experiências e verificação do Conselho de Ética. A certificação participativa é uma forma diferente da certificação que além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões” (REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA, 2004).

Algumas características diferenciam os dois tipos de certificação, no modelo participativo ou solidário não existe inspetor externo, os registros são realizados de maneira sistemática e a documentação é mantida descentralizada. Para o modelo de certificação por terceira parte, o inspetor é externo, a documentação é mantida de maneira centralizada e os registros (único ponto em comum com o modelo participativo) também são realizados de maneira sistemática, como se pode observar no quadro 2.

Medaets; Fonseca (2005) apresentam um quadro (Quadro 2) onde se verificam as diferenças entre os dois sistemas:

QUADRO 2 – Sistemas de Garantia de Qualidade.

COMPONENTES DO SISTEMA DE GARANTIA DA QUALIDADE	GARANTIA SOLIDÁRIA	GARANTIA DE TERCEIRA PARTE
Padrões	Construção em processo de revisão periódica.	Construção em processo de revisão periódica.
Meios de verificação a) Inspeção b) Registros c) Documentação	a) Não existe inspetor externo; b) Realizados de maneira sistemática; c) Mantida descentralizada.	a) Existe inspetor externo; b) Realizados de maneira sistemática; c) Mantida centralizada.
Organismo certificador a) Funções de certificação e assessoria técnica b) Decisão de certificação c) Técnico	a) Integradas; b) Descentralizada; c) Residente na comunidade.	a) Separadas; b) Centralizada; c) Externo.
Comunicação de qualidade	Selo, reputação do produtor e da assessoria técnica e influência dos componentes de avaliação social.	Selo, reputação do produtor e organismo certificador.

Fonte: MEDAETS; FONSECA (2005)

No Brasil, a maioria das certificadoras está localizada nas regiões sul e sudeste (Quadro 3). Estas certificadoras têm abrangência em todo território nacional e algumas são associadas a organismos de certificação internacionais, a escolha da certificadora se dá em parte em função do mercado que se pretende alcançar e da ideologia por trás do plantio.

QUADRO 3 – Organismos Certificadores Nacionais com Ação em Agricultura Orgânica.

REGIÃO	ORGANISMOS CERTIFICADORES	ESTADO (SEDE)
Norte	Associação de certificação Sócio-Participativa Florestal (ACS)	AC (1)
Nordeste	Cepema	CE (1)
Centro-Oeste	Instituto Holístico	MT (1)
Sudeste	AAO Certificadora; ANC, APAN; CMO; IBD; OIA Brasil Chão Vivo	SP (6) ES (1)

	Certificadora Sapucaí, Minas Orgânica, Abio	MG (1) RJ (1)
Sul	Aprema Ecovida, A Orgânica, Fundagro, Biocert, Ecocert Brasil Certifica RS	PR (1) SC (5) RS(1)
Total		20

Fonte: Fonseca e Ribeiro (2003), in Medaets ; Fonseca (2005).

Segundo a Agência SEBRAE de Notícias (2010), a exigência de certificação para produtos orgânicos em todo o País foi adiada por mais um ano. O governo tinha estabelecido que a partir de janeiro de 2010, todo produto orgânico brasileiro, exceto aqueles vendidos diretamente pelos agricultores familiares, deveriam levar o selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica (SISORG).

Para o representante do setor de Agroecologia do ministério de agricultura pecuária e abastecimento (MAPA), Rogério Pereira Dias, o grande número de produtores orgânicos espalhados pelo País foi fator determinante para o prolongamento do prazo. “Precisamos levar de forma eficiente essas novas informações a todos os interessados. Atuam hoje no País mais de 90 mil produtores voltados para a prática da agricultura orgânica, segundo dados do IBGE”. Outra dificuldade, segundo ele, está na certificação dos produtos importados. “A partir da data estipulada não poderiam circular em nossas prateleiras produtos orgânicos e matérias-primas importadas que não tenham a certificação brasileira” (OLIVEIRA, 2010).

Em recente estudo elaborado sobre a regulamentação da agricultura orgânica (MEDAETS; FONSECA, 2005), se observa que em 2005 havia 10 organismos certificadores internacionais operando no país, sendo que 60% deles eram de origem europeia, e que do total, muitos atuavam sem conhecimento das autoridades brasileiras.

Para Darolt (2006), tal situação é bastante preocupante, segundo os próprios autores, pois a grande maioria não tem qualquer participação nas discussões com o movimento orgânico brasileiro, tampouco sobre o marco legal da agricultura orgânica no país.

A seguir se apresenta um quadro (Quadro 4) com tais organismos internacionais mencionados no referido trabalho.

QUADRO 4 – Organismos Certificadores Internacionais Com Ação Em Agricultura Orgânica No Brasil.

CONTINENTE	PAIS DE ORIGEM	ORGANISMOS CERTIFICADORES
Europeu (6)	França	Ecocert
	Alemanha	Naturland, BCS
	Holanda	SKAL
	Suécia	KRAV
	Suíça	IMO
Norte-americano (2)	EUA	OCIA, FVO
Sul-americano (1)	Argentina	OIA
Asiático (1)	Japão	JONA
Total		10

Fonte: Fonseca (2003), In MEDAETS; FONSECA (2005).

Polêmico ou não, quando se fala de certificação de produtos orgânicos, deve-se lembrar de tudo o que está por trás do processo: filosofias, mercados lucrativos, confiança do consumidor, exigências legais e comprovação da qualidade orgânica. Por fim, cabe ressaltar que a certificação, mais do que um instrumento de confiabilidade para o mercado dos produtos orgânicos é uma poderosa estratégia de construção da cidadania, buscando mobilizar tanto as comunidades regionais quanto a sociedade como um todo, pela produção e consumo de alimentos mais saudáveis e harmonizados com as atuais demandas de preservação dos ambientes naturais (PLANETA ORGÂNICO, 2010).

2.6 A Legislação da agricultura orgânica no Brasil.

O governo brasileiro criou a Lei nº 10.831 de 2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e posteriormente o Decreto de nº 6.323/07. A lei representou um marco nacional, que gerou uma série de mudanças na produção de orgânicos, depois vieram as Instruções Normativas (IN) para complementar o texto da lei. As Instruções Normativas criadas em 2008: IN nº 54, que cria as comissões da produção orgânica; e nº 64, que faz referência à produção animal e vegetal orgânica. Neste ano foram aprovadas as IN de nº 17, em que estão definidas as regras de extrativismo orgânico; a IN nº 18, que trata do processamento; e a IN nº 19, que traz os Mecanismos de Controle voltados para a qualidade dos produtos orgânicos. São normas que deverão ser cumpridas para que o produtor permaneça comercializando produtos orgânicos (OLIVEIRA, 2010)

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento –(MAPA), através da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, em seu artigo 1º, considera:

“Sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais e a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente” (BRASIL, 2003, p.1).

Ainda no artigo 1º da lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no § 1º, o legislador trata da finalidade do sistema de produção orgânico, e a define como: a) Oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais; b) A preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; c) incrementar a atividade biológica do solo; d) promover um uso saudável do solo, da água e do ar; e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos

que possam resultar das práticas agrícolas; e) manter ou incrementar a fertilidade do solo em longo prazo; f) a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis; g) basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente; h) incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos; i) manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (BRASIL, 2010).

No § 2º do artigo 1º o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados modelos: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos pela Lei.

O decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007, citado no início deste tópico, regulamenta a lei nº 10.831/2003 determinando critérios para o funcionamento de todo sistema orgânico de produção, desde a propriedade rural ao ponto de venda. Através deste decreto ficam disciplinadas as atividades pertinentes ao desenvolvimento da agricultura orgânica, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabeleçam outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos, além disso, estabelece o sistema Brasileiro de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2010).

Vale à pena ressaltar que a instrução normativa nº 007/99 foi revogada pela Instrução Normativa nº 64/2008, que consegue determinar regras mais claras para os níveis de conversão ⁴da propriedade, aborda a questão do bem estar animal e também define regras para o manejo orgânico apícola.

⁴ **Conversão** é o nome dado à mudança de processo de manejo do solo e de animais e se inicia pela suspensão total do uso de insumos sintéticos e sua substituição por insumos naturais e biodegradáveis renováveis pelo período necessário à "desintoxicação" da área. Enquanto a terra e os animais apresentarem vestígios de agroquímicos ou fertilizantes sintéticos, a sua produção não poderá ser considerada orgânica (ORMOND et al., 2002).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Esse capítulo visa descrever os métodos utilizados para execução deste estudo, assim como as etapas da pesquisa, objetivando tornar claro o caminho metodológico realizado pelo pesquisador para apreender o processo de surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no município de Mata de São João-Bahia. Como há uma escassez de trabalhos sobre a agricultura orgânica nos municípios da Bahia este trabalho adquire uma característica exploratória, imprescindível para o início da construção sobre este conhecimento no Estado.

3.1. Tipo de Estudo

Trata-se de uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa.

De acordo com Gil (1991), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema, buscando maiores informações sobre ele com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Complementarmente, Trivaños (1987) afirma que os estudos exploratórios permitem ao pesquisador aumentar a experiência em torno de determinado problema, com a aplicação

destes conhecimentos, pode, em seguida, planejar outras pesquisas embasadas no conhecimento apreendido.

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Assume, em geral, a forma de Levantamento (DESLANDES; ASSIS, 2000). Esse tipo de pesquisa, segundo Trivaños (1987), reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, seus problemas e seus valores.

Para que fosse possível a construção da trajetória do surgimento e desenvolvimento da agricultura orgânica no município de Mata de São João, com vistas a elaborar um retrato da AO no município, precisamos de dados tanto quantitativos relativos à produção, número de produtores, etc, como de dados qualitativos que remontassem a história da AO na região, analisando dificuldades, facilidades, características, valores impressos nos discursos dos sujeitos e outros, escolhemos, então, a abordagem qualitativa e quantitativa. A escolha deste tipo de abordagem foi feita a partir do entendimento de que as abordagens quantitativas e qualitativas se complementam, permitindo uma análise mais pormenorizada da questão em estudo.

Ratificando o supracitado, Landim et al (2006) afirmam que a pesquisa qualitativa não pode ser pensada como oposição à quantitativa, mas como podendo uma gerar questões para serem aprofundadas pela outra.

“A postura dialética leva a compreender que dados subjetivos (significados, intencionalidade, interação, participação) e dados objetivos (indicadores, distribuição de frequência e outros) são inseparáveis e interdependentes. Ela permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto” (MINAYO; MINAYO, 2001, p.32).

Dessa maneira, a etapa qualitativa da pesquisa correspondeu à revisão teórica sobre o assunto e às inferências realizadas fruto da análise do conteúdo das entrevistas. Já a etapa quantitativa está relacionada apreensão e análise dos dados concretos e objetivos que serviram de indicadores para análise dos dados. Os dados concretos obtidos nas entrevistas foram tabulados e estão

representados através de tabelas e gráficos para facilitar a visualização e discussão dos mesmos.

3.2. Caracterização do Local do estudo:

A pesquisa foi realizada no município de Mata de São João no núcleo JK. Criado em 1846, o município possui uma área de 670.38 km², está localizado ao norte do estado e distante 56 km da capital baiana. Ele faz parte do território do Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, localizado no bioma mata atlântica e sua população atual é de aproximadamente 37.201 habitantes (IBGE, 2007).

Considerando-se o conjunto paisagístico do Recôncavo Baiano, o Núcleo JK se inclui em seu setor setentrional, balizado pelo traçado do curso do rio Itapecerica que faz a divisão política entre os municípios de Mata de São João e de Camaçari. Enquanto esse último pertence à Região Metropolitana de Salvador, Mata de São João lhe é periférico e integra o conjunto dos municípios que possuem parte de seus territórios incluídos na Área de Proteção Ambiental Litoral Norte (APA-LN). A Figura 3 apresenta um cartograma com a localização do Núcleo JK, distribuído entre os municípios de Mata de São João e Camaçari (BRASIL, 2004).

Salvador, exatamente por isso, foi escolhido esta área para o abastecimento da capital baiana com produtos agropecuários. (Figura 4).

FIGURA 4: Mapa rodoviário de acesso à Mata de São João-Ba.



Fonte: Google maps, 2010.

A Colônia japonesa, núcleo JK, onde surgiu a agricultura orgânica no município, situa-se numa área de 4900 ha, a 12 km da cidade de Mata de São João e 56 km a noroeste de Salvador. Com localização geográfica: 12° 50' de latitude sul e 30° 30' de longitude oeste, tendo altitude 103 m (figura 4); sua topografia é acidentada com solo argiloso e arenoso, parte dele coberto com cascalho e pedras pobre em matéria orgânica e abundante em cobertura de vegetação tipo capoeira e matagal. Dividida em 05 regiões (Fazenda Lunda,

Itapecerica, São Pedro, Camaçari e Quebra Coco) foi loteada em áreas que variaram entre 20 a 25 hectares (BRASIL, 2004).

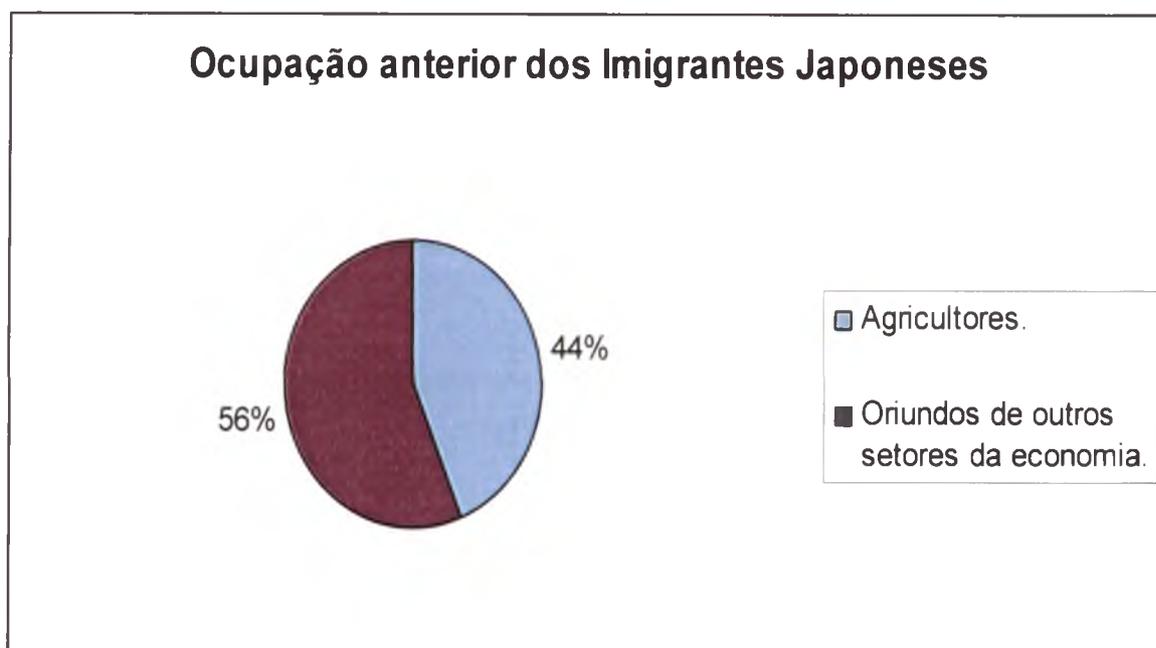
O Núcleo JK se estruturou em pequenas unidades de produção rural para cumprir uma função programada no intuito de reduzir as importações dos produtos hortifrutigranjeiros oriundos das zonas produtoras do Estado de São Paulo. Tornou-se uma das primeiras áreas de cinturão verde, previsto para o entorno da capital baiana e idealizado durante a administração Antônio Balbino, Governador do Estado da Bahia. A disponibilidade de área surgiu, em primeiro lugar, com as fazendas Lunda e São Pedro, sendo posteriormente complementada com as fazendas de Quebra Coco, Camaçari e Itapecirica (BRASIL, 2004).

Na primeira etapa, inaugurada em 1957, foram introduzidos os primeiros colonos, selecionados entre brasileiros, interessados e aptos a desenvolver lavouras e criação em base de relações sociais de produção familiar. No nível dos governos do Japão e do Estado da Bahia, alguns interesses convergiram para a conclusão do projeto. De um lado, o governo baiano queria introduzir no entorno da Capital, o plantio e produção de hortaliças e, por outro lado, o governo japonês estimulava a emigração, em razão dos problemas socioeconômicos internos que enfrentava (BRASIL, 2004).

Aproveitando-se disso, a Bahia resolveu abrir as portas do Núcleo JK aos imigrantes japoneses, o que, na visão dos planejadores do Núcleo, viria favorecer os colonos brasileiros já estabelecidos, diante da possibilidade de captação de *know-how*, em técnicas específicas de plantio, cuja base experimental, segundo acreditavam, situava-se no tradicional conhecimento agrícola do camponês estrangeiro. Sob os olhos dos governantes da época, a importação de mão-de-obra estrangeira representava um caminho na busca da melhoria da qualidade de vida para os colonos brasileiros residentes no Núcleo JK, principalmente, porque acreditavam na transferência de conhecimento e técnicas agrícolas (BRASIL, 2004).

Porém, segundo os dados coletados na pesquisa, muitos dos japoneses que imigraram do Japão para a colônia JK, nem eram agricultores em seu país de origem, muitos deles eram pessoas de classe média, que viviam nas cidades japonesas e gozavam de certas facilidades, como carros, ruas pavimentadas, energia elétrica, água encanada, saneamento e etc. Ratificando a informação de Leila Maekawa (1995), onde coloca que dos imigrantes vindos para o Brasil após 1953, 43,6% deles eram agricultores e 56,4% eram trabalhadores de outros setores da economia japonesa (Gráfico 1).

GRÁFICO 1. Ocupação anterior dos Imigrantes Japoneses.



Fonte: Leila Maekawa (1995).

3.3. Sujeitos da pesquisa

Foram considerados sujeitos da pesquisa os agricultores produtores de orgânicos que possuem propriedades no núcleo JK, localizadas no município de Mata de São João- Ba, que estivessem em atividade e que aceitassem participar da pesquisa e com o secretário de agricultura do município o qual foi entrevistado sob dois pontos de vista: o do produtor, já que é o maior produtor de orgânicos da região e do secretário onde procurou-se obter dados gerais sobre o desenvolvimento da AO no município.

Para que fosse possível o contato com os agricultores, para o início da coleta de dados, foi apresentado o projeto de pesquisa ao Coordenador de Desenvolvimento Agropecuário e Pesqueiro do município que forneceu os telefones e nomes dos principais agricultores de orgânicos do núcleo JK. Em reunião com o então coordenador nos foi passado um relatório ainda em processo de conclusão com alguns dados sobre produção de orgânicos no município. Este documento foi analisado de maneira atenciosa e algumas informações sobre a colônia JK foram de lá extraídas para que se construísse uma primeira impressão sobre a colônia. Este passo foi muito importante para o estabelecimento da confiança entre o pesquisador e o representante da secretaria que abriu o espaço para o contato com os agricultores.

O processo de aproximação com os agricultores se deu a partir de telefonemas onde foram agendadas as visitas. Neste momento, foi explicado aos sujeitos da pesquisa os objetivos do estudo, a justificativa e os benefícios deste para construção do conhecimento sobre a agricultura orgânica no município em estudo e no estado da Bahia, pois já havia identificado a carência de informações sobre esse tipo de agricultura no estado e município de Mata de São João. O esclarecimento aos sujeitos de que este trabalho era um requisito para a obtenção do título de mestre e, por essa razão, não possuía nenhum vínculo com a prefeitura ou governo, apenas o caráter científico, foi de fundamental importância para que alguns agricultores se sentissem a vontade para responder as questões da entrevistas relacionadas aos órgãos administrativos das esferas municipal, estadual ou federal. Neste momento todos os sujeitos aceitaram a utilização das suas imagens no trabalho, mediante consentimento verbal.

Como critério de exclusão, escolhemos a saturação dos dados. À medida que as idéias começaram a se repetir fechamos o número de sujeitos da pesquisa que somou um total de 05 agricultores. O restante dos 15 agricultores excluídos dentro do universo total de 20 se insere no contexto de arrendamento e contrato de trabalho oferecido pelo agricultor 1, onde todos os

insumos, assistência técnica e inclusive a certificação da produção são fornecidos.

3.4. Instrumento de coleta de dados

De acordo com o tipo de pesquisa eleita, foi escolhida a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados (Apêndice 1). Este instrumento consta de questões objetivas relacionadas à caracterização dos sujeitos da pesquisa e questões subjetivas elaboradas a partir dos objetivos gerais e específicos com a perspectiva de se responder a questão norteadora.

Gil (1991) aponta que a entrevista semi-estruturada é guiada por uma relação de questões de interesse, tal como um roteiro, que o investigador vai explorando ao longo de seu desenvolvimento. Triviños (1987) contribui com o tema quando afirma que a entrevista semi-estruturada parte de alguns questionamentos básicos, apoiados por teorias que interessam à pesquisa, e que, logo após, surgem outras interrogativas à medida que se recebem as respostas dos informantes. Desse modo:

A entrevista semi-estruturada ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIAÑOS, 1987, p. 146).

3.5. Coleta de dados

A coleta de dados foi dividida em dois momentos. O primeiro destinado a aquisição de documentos que auxiliassem na construção da trajetória da AO no município, realizada no período de outubro de 2009. O segundo momento equivale à pesquisa de campo propriamente dita, onde se utilizou a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta dos dados, visando ampliar a compreensão do processo histórico da agricultura orgânica no município de Mata de São João-Ba. Esta fase foi realizada nos meses de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010.

Cada entrevista foi gravada, após consentimento verbal do sujeito da pesquisa, e transcrita pelo próprio pesquisador para que a análise de conteúdo fosse possível.

3.6. Análise dos dados

A análise dos dados seguiu os passos da Análise de Conteúdo de Bardin (2002, p. 38) que é conceituada pela referida autora como sendo:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção das mensagens”.

É uma técnica científica que segundo Berelson apud Minayo (1999, p.20) “é utilizada para descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conceito manifesto das comunicações e tendo por finalidade interpretá-las”.

Segundo Rodrigues; Leopardi (1999, p.20), “a análise de conteúdo surgiu em função de buscar o conhecimento, a explicação ou conceituação de conteúdos inaparentes”.

O método também propicia a inferência, ou seja, a dedução que pode partir das informações que fornecem o conteúdo das mensagens. São segundo Bardin (2002), saberes que podem ser de natureza sociológica, psicológica, histórica, etc. É através do discurso que podemos captar e nos aproximar melhor da realidade estabelecendo relações.

Na tentativa de captar a realidade da AO e de seus produtores, no município em estudo, elegemos a análise de conteúdo como método de análise na interpretação dos dados, baseados nos pressupostos teóricos de Bardin que seguiram os seguintes passos:

Primeiramente, procedemos uma pré-análise onde o material foi organizado e as idéias iniciais sistematizadas para que um plano efetivo de análise fosse elaborado. Para Bardin (2002) esta fase é caracterizada por leitura *flutuante* (primeiras leituras de contato os textos), a escolha dos documentos (no caso os relatos transcritos), a formulação das hipóteses e objetivos. Por isso, todas as entrevistas foram registradas através de gravação em áudio, transcritas na íntegra e autorizadas pelos participantes, além de que os textos passaram por pequenas correções lingüísticas, porém, não eliminando o caráter espontâneo das falas.

Posteriormente, foi realizada a exploração do material através de leituras mais cuidadosas. Após esta fase ocorreu o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação. Neste momento, os resultados obtidos em bruto são tratados de maneira a serem significativos e válidos (BARDIN, 2002). Para isso utilizamos a frequência simples para facilitar a construção de quadros de resultados, condensando, dessa forma as informações fornecidas pela análise dos dados quantitativos.

Para o tratamento dos dados qualitativos a técnica da análise temática ou categorial foi utilizada e, de acordo com Bardin (2002), baseia-se em operações de desmembramento do texto em unidades, ou seja, descobrir os diferentes núcleos de sentido que constituem a comunicação, e posteriormente, realizar o seu reagrupamento em classes ou categorias. A classificação dos elementos das mensagens em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum. O que permite o agrupamento é a parte comum entre eles.

A última etapa da análise de conteúdo é a inferência. Está só é possível a partir da análise reflexiva do pesquisador. Ela fornece informações suplementares ao leitor crítico da mensagem (BARDIN, 2002). As inferências realizadas foram comparadas com o que está posto na revisão teórica para detectar se o processo de surgimento e desenvolvimento da agricultura

orgânica no município estudado se assemelha com o ocorrido, de uma maneira geral, no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, analisaremos as informações obtidas na fase da coleta de dados, na qual utilizamos a entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta. Visando responder aos objetivos gerais e específicos deste trabalho, os dados qualitativos obtidos foram transcritos e estão reproduzidos através de depoimentos dos agricultores sendo agrupados em categorias de análise e os dados quantitativos foram representados em forma de gráficos.

CATEGORIA I – Fatores que impulsionaram o desenvolvimento da AO no município.

É importante ressaltar, que segundo os dados coletados na pesquisa, ficou claro que não foram os primeiros imigrantes japoneses que implementaram a agricultura orgânica na região e sim os seus descendentes

A imigração japonesa foi atraída com a propaganda de que a terra que eles encontrariam aqui no Brasil tinha infra-estrutura e só faltava gente. Quando os primeiros imigrantes chegaram no porto de Aratu-Ba, eles que já estavam acostumados a um certo desenvolvimento em seu país de origem, não viram um carro sequer nas ruas, só carroças e charretes e muitos deles pensaram que tinha vindo pro lugar errado. Na região da colônia JK, para onde foram encaminhados, não existiam muitas estradas, transporte público, energia

elétrica, nem casas prontas. Este fato fica evidente na fala do agricultor 2 quando diz:

“No início, os japoneses que vieram foram enganados com a informação de que a terra que eles encontrariam no Brasil tinha infra-estrutura e quando os primeiros imigrantes chegaram eles tiveram de abrir, a estrada que o senhor passou, na mão. Nessa época tinha, de um lado e de outro, tinham árvores que pra abraçar tinha que ter 5 ou 6 pessoas, a mata era toda fechada, não tinha acesso nenhum, fizeram na mão e até a Vila de Itapecirica, o lugar que acomodou ou primeiros imigrantes, quando o pessoal chegou acharam as casas de taipa que estavam recém feitas, ainda úmidas, na época que tava chovendo, eles não conseguiram dormir, não tinha banheiro, não tinha água, não tinha nada, nada, nada. E a propaganda que fizeram no Japão foi que aqui tinha tudo, que tava tudo pronto”.

Muitos japoneses se sentiram frustrados por terem sido enganados e das 60 famílias que vieram os agricultores contam que hoje deve ter uma média de 14 a 15 famílias. Muitos idosos e jovens foram para a cidade e os que queriam trabalhar com agricultura, uns permaneceram na terra trabalhando com o modelo convencional e outros buscaram outras cidades para produzir que oferecesse melhores condições.

Neste período, apesar da predominância do modelo de agricultura convencional, houve relatos de agricultores que já trabalhavam nas suas terras sem o uso de agrotóxicos e defensivos agrícolas. Contudo, no que tange ao surgimento da AO no município em estudo observou-se que o agricultor 1 foi o pioneiro e teve importante papel no fomento do desenvolvimento da AO no município de Mata de São João, foi ele o grande incentivador da conversão dos agricultores, possibilitando o amadurecimento das estruturas de organização e comercialização. Este direcionamento aconteceu a partir do ano de 1985.

Os dados colhidos através da realização das entrevistas com os agricultores no município de Mata de São João-Ba, nos mostra, dentro do universo pesquisado, o aparecimento de 4 fatores motivadores do aparecimento da AO no município, são eles: Adesão a um novo mercado e

oportunidade de aumento de receita familiar, problemas financeiros, baixa de produtividade das terras e a saúde do agricultor.

a) Adesão a um novo mercado e oportunidade de aumento de receita familiar:

Inicialmente 3 agricultores manifestaram o desejo de aderir ao modelo orgânico de produção devido à oportunidade de participação em um novo e promissor mercado (com características de nicho), visando o aumento da receita familiar.

A colocação dos agricultores 1, 2 e 3 são muito importantes na captação deste sentimento que fundamentou a opção da agricultura orgânica:

O Agricultor 1 coloca que:

“Em 1985, quando assumi as terras do meu Pai, larguei o emprego que tinha numa grande rede supermercados regional, o próprio gerente geral do centro de distribuição da rede havia me garantido que compraria tudo que eu produzisse”.

O Agricultor 2 complementa:

“Entre na agricultura orgânica em primeiro lugar por causa da fácil comercialização, havia uma demanda muito grande para este tipo de produto e já existia esse canal de comercialização facilitado pelo agricultor 1”.

O Agricultor 3 ratifica este fator dizendo:

“O agricultor 1 entrou em contato comigo e disse que seria fácil comercializar todos os meus produtos e que como ele já tinha um forte canal de comercialização, ele pegaria toda a minha produção, então comecei a parceria com ele que já duram 10 anos, visando o preço melhor pela mercadoria”.

Para Vilela (2006), surge um questionamento, será que a sustentabilidade da produção orgânica é dependente do preço-prêmio pago, ou

sua viabilidade só é possível enquanto o mercado praticar essa remuneração extra pelo produto.

Impulsionados pelos resultados da pesquisa, somos levados a crer que o pagamento deste melhor preço representa na verdade um reconhecimento, uma contraparte do consumidor, dando suporte à continuidade de um modelo de produção agropecuária onde fatores ecológicos, fatores sociais e de saúde são respeitados. Quanto à viabilidade da AO, podemos dizer que antes mesmo de ser mais bem remunerada ela é perfeitamente ajustada à realidade da agricultura familiar, podemos complementar com a informação de que segundo relatos dos próprios agricultores, muitas vezes os produtos orgânicos são vendidos como se fossem convencionais em feiras e centrais de abastecimentos pelo mesmo preço do convencional, provando que mesmo sem o preço-prêmio ainda é vantagem pro agricultor, uma vez que o seu custo de produção é inferior ao convencional.

Para Schimidt (2001), a agricultura orgânica pode e deve ser usada não como um fim em si, mas como um meio para a "construção de um novo padrão de produção agropecuária".

b) Problemas financeiros.

De acordo com as respostas dos agricultores, podemos perceber que para os que antes trabalhavam nos moldes do sistema convencional de produção, lançando mão de todo o aporte tecnológico incentivado e disponibilizado para a produção, com o passar do tempo os recursos financeiros foram ficando comprometidos devido ao alto grau de endividamento na compra de insumos.

Na fala do agricultor 4, podemos perceber esta questão:

"Os insumos para a produção convencional estavam ficando muito caro e não tava valendo à pena, cada vez mais a minha dívida estava aumentando, daí fui obrigado a vir pra cidade trabalhar para conseguir o dinheiro, quando consegui pagar o

que devia, voltei pra roça e nunca mais quis saber de convencional e passei a produzir orgânicos”.

Segundo o agricultor 5:

“Para trabalhar com a agricultura precisa ter dinheiro, tem que ter o mínimo, os insumos cada vez mais ficando caros e se a gente compra sempre, acaba ficando com a corda no pescoço”.

Segundo Andrade (2003), a difusão da base tecnológica do sistema convencional, teve como um de seus efeitos o estímulo de lavouras de monoculturas mecanizadas por implementos agrícolas que freqüentemente levaram os pequenos e médios agricultores a contrair empréstimos além dos seus limites de endividamento.

O fato é que no sistema orgânico, o custo com insumos vindos de fora da propriedade é significativamente inferior ao sistema convencional, como na maioria dos agricultores visitados, a mão-de-obra era composta essencialmente pela própria família, o custo com mão-de-obra também acaba sendo reduzido, tornando o sistema orgânico altamente viável para os pequenos produtores familiares.

c) Baixa produtividade das terras.

Para este subgrupo somente 1 agricultor mencionou a questão da exaustão da terra devido ao uso intensivo de fertilizantes e defensivos agrícolas.

“Quando herdei a fazenda, a terra já estava exaurida, cansada e não produzia como antes, a produção tava bem baixa, diziam os antigos, que quando eles aqui chegaram quase não era preciso adubar a terra, tudo que se plantava tinha colheita certa, mas depois dos agroquímicos o solo empobreceu” (AGRICULTOR 1).

Segundo Paterniani (2001), A atividade agrícola pela sua própria natureza perturba o meio ambiente em relação à situação silvestre. Existem exemplos de grave deterioração - do solo e do meio ambiente - provocada por atividades agrícolas inadequadas.

A contaminação dos solos dá-se principalmente por resíduos sólidos, líquidos e gasosos, águas contaminadas, efluentes sólidos e líquidos provenientes de atividades agrícolas, etc. Assim, pode-se concluir que a contaminação do solo ocorrerá sempre que houver adição de compostos ao solo, modificando suas características naturais e as suas utilizações, produzindo efeitos negativos (AMBIENTE BRASIL, 2010)

Já a agricultura orgânica ajuda a aumentar a fertilidade do solo, previne erosão provocada por vento ou chuva, melhora a infiltração e retenção da água e reduz o consumo de água pelo solo e sua contaminação, estas ações contribuem para trazer a terra de volta à vida.

d) A saúde do agricultor:

Dos momentos em que foram registradas as respostas dos agricultores, pôde-se perceber que a “conscientização” do agricultor em relação ao uso indiscriminado dos produtos químicos na lavoura, que muitas vezes se dava de maneira totalmente inadequada, sem os cuidados básicos de manuseio e aplicação destes materiais se deu muito por experiências vividas com familiares e/ou vizinhos.

Para o agricultor 1:

“Em 1985 meu pai morreu, vítima de um câncer no fígado, ele passou a vida toda aplicando fertilizantes e defensivos químicos sem o uso dos EPIs e nós acreditamos que ele foi contaminado pelos produtos altamente nocivos ao ser humano”.

Segundo o agricultor 3:

“Eu cansei de ver o meu vizinho que plantava limão tahiti aparecer com a cara toda inchada com dores de cabeça e pelo corpo, mas ele sempre aplicava aqueles produtos na roça”.

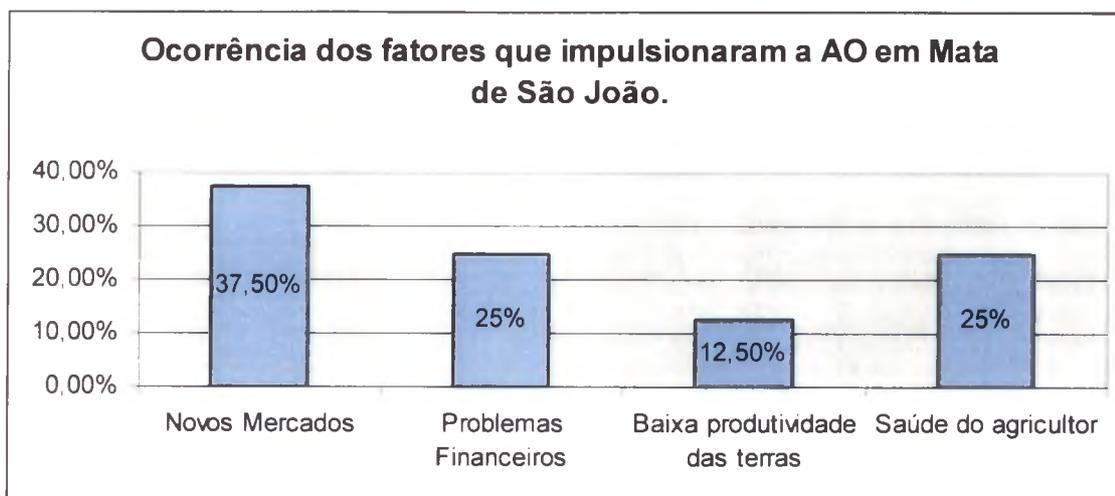
A aplicação indiscriminada de agrotóxicos afeta tanto a saúde humana quanto os sistemas naturais. Estima-se que esses venenos sejam os

responsáveis por mais de 20.000 mortes não intencionais por ano, sendo que a maioria ocorre no Terceiro Mundo, onde cerca de 25 milhões de trabalhadores agrícolas são intoxicados de forma aguda (UFRRJ, 2010).

Nos dias de hoje, é praticamente impossível não refletir sobre a intoxicação por agrotóxicos, muitos movimentos ambientalistas vêm incessantemente alertando à população sobre os riscos de se produzir alimentos com o uso dos agroquímicos. Já ficou mais do que claro que o pretexto inicial para se produzir alimentos com agrotóxicos (o de acabar com a fome no mundo), não corresponde à realidade, pois, mesmo tendo aumentado o volume de alimentos produzidos o mundo continua passando fome.

Através das visitas e conversas com os agricultores da região pudemos perceber em algumas falas a ocorrência dos quatro fatores motivadores do desenvolvimento da agricultura orgânica de uma só vez. Algumas vezes com intensidades diferentes e outras vezes praticamente com incidência simultânea, contudo, ouvindo os discursos e depois analisando o que estava por trás deles, pudemos identificar o “carro chefe” que impulsionou a transformação do modelo de produção (Gráfico 2). Deixamos claro que, qualquer que tenha sido o primeiro motivo, num segundo momento se pôde perceber o aparecimento da conscientização do agricultor em relação às questões ecológicas, sociais e de saúde.

GRÁFICO 2 – Ocorrência dos fatores que impulsionaram a AO em Mata de São João-Ba.



Fonte: Entrevistas

Para todos os sujeitos da pesquisa ficou claro o desejo de continuar na atividade orgânica, visto que este modelo de produção trouxe para eles um senso de pertinência, uma satisfação maior em relação ao lugar que ocupam no espectro social, não só da região, como também das cidades vizinhas, ratificando a afirmação de Schimidt (2001), em que o autor acredita ser a agricultura orgânica uma ferramenta útil na reconstrução da cidadania no meio rural.

CATEGORIA II – Características das propriedades

No que tange as características das propriedades, verificamos que há uma diversidade de tamanho das propriedades, da área do cultivo de orgânicos e da disponibilidade de recursos naturais. Há produtores que possuem açudes para irrigação, outros possuem nascentes nas propriedades, enquanto que um tem dificuldades de água na sua propriedade por não possuir rios próximos da mesma. Para essa categoria foram descritas duas subcategorias descritas a seguir:

a) Tamanho da propriedade x área de cultivo de orgânicos

“Aqui no JK temos uns 100 ha. e metade dessa área é para roça orgânica e pasto e já compramos outra de 230 ha.” (Agricultor 1).

“O terreno todo tem 12,5 ha. Dividido em 3 áreas. A área plantada é de 1 ha.” (Agricultor 2).

“A propriedade toda tem 50 ha. e 5 tarefas de orgânico, agora nesse período tá tudo plantado” (Agricultor 3).

“A propriedade toda tem 25 ha. na época de meu pai eu plantava 10, 15 tarefas, hoje é suficiente 2 tarefas” (Agricultor 4).

“A propriedade tem 60 tarefas e umas 10 tarefas é de roça orgânica” (Agricultor 5).

Ficou evidente que há uma variação no tamanho das propriedades. A área de cultivo destinada a produção de orgânicos também variou e os fatores estão relacionados às condições da terra e disponibilidade de recursos em geral como está descrito adiante no trabalho.

b) Reserva Legal

Esta subcategoria emergiu do entendimento, por parte dos agricultores, da importância da reserva legal como componente indispensável na adequação da propriedade à produção de orgânico e indispensável para certificação como pode ser observados nos discursos a seguir:

“Tenho sim, certificação tem que ter, mas não é averbada, porque quando você averba a área você não pode tirar sequer uma madeira para usar como cabo pra ferramenta. A minha área já foi roça de rosas e crisantes há 20 anos e se usava bastante fungicida, acaricida, mas hoje ela tem árvore de mais ou menos 10, 12 metros de altura” (Agricultor 2).

“25 tarefas é de reserva legal” (Agricultor 3).

Apesar dos outros agricultores não terem respondido diretamente a essa questão foi observado em todas as propriedades visitadas a área reservada à reserva legal o que demonstra a importância desta questão para os agricultores.

CATEGORIA III – Fatores que dificultam a produção

Foram elencados 3 fatores que dificultam a produção de orgânicos nas propriedades estudadas que estão descritos abaixo.

a) Recursos naturais

Este item apareceu como um grande limitador da expansão da produção do agricultor 2 como pode ser observado no discurso abaixo:

“O agricultor 1 sempre pede que aumente mais, porém eu tenho uma grande dificuldade que é água eu não tenho nascente na propriedade nem córrego permanente. Só tem água corrente no inverno, desde outubro do ano passado não entra água aqui no meu reservatório, eu só tenho água pra duas semanas, se não vier a obra divina ai vai perde tudo”.

Podemos apreender o discurso do agricultor 2 que além da limitação do recurso natural há também uma limitação financeira que impede a resolução deste problema, pois teria um custo elevado que não está ao alcance do pequeno agricultor.

b) Mão- de- obra

“... a gente tá com a mão de obra reduzida, pra área de roça que tenho aqui eu tenho 4 pessoas comigo, tinha 5, mas 1 pediu pra sair e foi trabalhar na cidade. Daí a mão de obra que eu perdi eu não repus, to trabalhando com diarista, e já tenho previsão de sair mais um, o pior de tudo é que aqui não se acha pessoas que queiram trabalhar. A gente paga a diária até maior que os outros lugares, mais o pessoal não tem interesse” (Agricultor 2).

“A maior dificuldade na produção é a mão-de-obra” (Agricultor 5).

c) Assistência Técnica

“o maior problema para produzir era e é a assistência técnica, que era nenhuma, praticamente o que eu tenho hoje na propriedade o único curso que eu tenho de agricultura orgânica foi um que a prefeitura deu a uns 4 ou 5 anos atrás. E os técnicos da prefeitura não davam assistência, davam a outras pessoas, eles vinham de passagem, só pra ver o que tinha na

roça, mas quando a gente tinha algum problema eles não sabiam resolver, não estavam habituados com a AO, hoje eu acredito que eles tenham mais conhecimento. Nós temos assim: acompanhamento dos técnicos da prefeitura para organizar os planos de manejo, confirmação de plantio” (Agricultor 2).

Pode-se perceber que há uma diversificação nos fatores que impedem a expansão da produção de orgânicos no município e alguns deles estão fora do alcance de resolução dos pequenos produtores, requerendo uma maior assistência e incentivo dos governos das esferas municipal, estadual e federal na tentativa de dirimir essas dificuldades. No âmbito municipal, ainda há disponibilidade de técnicos, contudo não tem satisfeito as necessidades dos agricultores que reivindicam maior atenção e resolubilidade dos seus problemas técnicos durante o processo produtivo. Também ficou evidenciado a carência de cursos de atualização regulares para um melhor desempenho dos agricultores e conseqüentemente um aumento da produção. No âmbito estadual ficou evidenciada a falta de estrutura logística para atender às demandas do setor orgânico do município.

CATEGORIA IV – Formas de organização dos produtores no município de Mata de São João- BA.

Através das entrevistas realizadas foi possível apreender 3 formas de organização dos produtores orgânicos do referido município, são elas: A Associação de Agricultores Familiares Orgânicos de Mata de São João – (AFOMA), A Associação dos produtores feirantes (APOF) e o sistema de parceria com o agricultor 1.

a) A Associação de Agricultores Familiares Orgânicos de Mata de São João – (AFOMA):

Em 2008 foi criada esta associação com o objetivo de buscar a certificação participativa, melhorar a infra-estrutura para processamento, a tecnologia e facilitar a comercialização da produção. Atualmente, dos 34

produtores que começaram na associação, somente 6 estão efetivamente participando.

A colocação do agricultor 3 ratifica o motivo da criação da associação:

“Nós estávamos produzindo cada um separadamente, passando pelos mesmos problemas, com dificuldades de comercialização, de articulação e principalmente sem perspectiva de conseguir certificar a produção, por conta do alto custo desse processo, então, em 2008, decidimos nos juntar numa associação para buscar a certificação participativa e melhorar uma série de outras coisas que sozinhos não tínhamos “gás” pra dar conta”.

Para o agricultor 5:

“Tivemos de nos associar porque fica mais fácil de conseguir a certificação e também de captar alguma ajuda do governo, por exemplo: como a certificação está demorando pra sair, a associação tem um certificado da secretária de agricultura do município o qual atesta que somos orgânicos”.

Segundo relatos dos produtores da região, a certificação caso solicitada individualmente poderia alcançar um custo de aproximadamente 11 salários mínimos a cada renovação, já no caso da participativa o custo seria pulverizado entre todos os associados tornando possível a aquisição da certificação. Na região se discute muito a inversão dos valores no que diz respeito à questão da garantia da qualidade dos produtos orgânicos.

Um dos argumentos mais utilizados ratifica o já mencionado por Santos (2005), quando diz que os produtores convencionais é que deveriam ser obrigados a ter um selo e este seria um “selo vermelho” para indicar o grau de toxicidade dos alimentos e não os orgânicos serem obrigados a possuir um “selo verde”.

b) A Associação dos Produtores de Orgânicos Feirantes (APOF).

Foi verificado que os agricultores que comercializam seus produtos nas feiras em Salvador fundaram esta associação no ano de 2000, incentivados por um programa do SEBRAE, que ofereceu curso de capacitação. O objetivo era

certificar os feirantes, para que eles pudessem garantir a qualidade dos seus produtos e ao mesmo tempo aumentassem as oportunidades de negócio.

Atualmente, existem 10 produtores participando ativamente desta associação. Para o ano de 2010 o objetivo da associação é aumentar o mercado, para isso já estão melhorando o planejamento da produção e escalonando a produção entre os seus associados para aumentar as variedades.

Segundo o agricultor 5:

“A criação da associação dos produtores orgânicos feirantes (APOF) vai melhorar muito na comercialização, porque os consumidores irão perceber o nosso grau de organização, vamos poder negociar com a prefeitura por melhores condições e novos lugares para implantarmos as feiras livres”.

Segundo o presidente da APOF, a criação desta associação garantiu aos associados a possibilidade de abrir um canal de negociação com os entes do governo, na adequação da infra-estrutura do local da feira, numa maior representatividade junto aos próprios consumidores e até para futuras captações de parcerias.

c) Sistema de parceria com o agricultor 1.

Com base nos dados coletados, foi possível identificar a existência de 2 tipos de parcerias com o agricultor 1, são eles: a parceria entre o agricultor 1 e 22 famílias num regime de arrendamento de terra e o sistema de parceria do agricultor 1 com outros produtores que produzem em suas próprias terras.

Todos os 2 modelos de parceria cumprem a contratos de produção estabelecidos com base nas demandas dos mercados para os quais a produção é direcionada. As 15 famílias que trabalham no regime de arrendamento dentro da propriedade do agricultor 1 recebem alguns subsídios como podemos perceber no depoimento abaixo:

Segundo o agricultor 1:

“Como na agricultura orgânica o maior custo está na mão-de-obra, a gente trabalha num sistema de parceria, eu arrendo a terra para 22 famílias. Para trabalhar com hortaliças não é preciso uma área muito grande, eu forneço água, forneço adubo, dou assistência técnica e a principal exigência que faço é que em hipótese alguma devem usar agrotóxico, porque a comercialização está sob a minha responsabilidade. Esses parceiros estão vinculados à minha empresa e cada maço de hortaliça que eles produzem, eu compro e emito nota-fiscal”.

Para o segundo modelo de parceria onde os produtores utilizam a própria terra, os subsídios não são tão extensos quanto no primeiro modelo, por exemplo: não é fornecido adubo orgânico, nem água, só é fornecida assistência técnica, ainda assim, dentro do segundo modelo de parceria foram encontrados depoimentos como o caso transcrito abaixo.

Para o agricultor 3:

“A minha parceria com o agricultor 1 já dura uns 10 anos, desde a primeira vez que ele viu o meu modo de produção, me incentivou e disse que eu estava no caminho certo, antes era mais difícil de comercializar, mas com esta parceria as minhas oportunidades aumentaram”.

Em relação à questão da certificação, todos os 2 modelos de parcerias utilizam a certificação que o agricultor 1 possui. Como podemos apreender com o depoimento abaixo transcrito.

Ainda segundo o agricultor 1:

“Para os parceiros que trabalham comigo no sistema de arrendamento, eu passo a certificação da Mokiti Okada e ainda usamos também a bandeira da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico”.

Estes sistemas de parceria parecem funcionar muito bem tanto para o agricultor 1, que detém acesso aos canais mais longos de comercialização possibilitando a manutenção do volume de produtos, tornando possível atender às demandas, quanto para os outros agricultores. Para os pequenos produtores que estão dentro do regime de arrendamento, representa um ganho na qualidade de vida e do trabalho, porque antes, nem terras eles tinham pra produzir e para os agricultores que já possuem suas terras, também

representou uma aumentou da receita, porque além de comercializar por conta própria eles ainda garantem uma percentagem de aproximadamente 30% da produção com compra garantida pelo agricultor 1.

CATEGORIA V - Comercialização da produção de Mata de São João- BA.

Dos dados coletados na pesquisa emergiram 4 canais de comercialização, são eles: As feiras livres, os supermercados, os hotéis em Costa do Sauípe e as entregas a domicílio. Como já se esperava, foi detectada diferença nos preços praticados entre os canais de comercialização, inclusive de uma feira para outra.

a) Feiras livres:

Pudemos identificar com a pesquisa que existem pelo menos 3 feiras orgânicas distintas, São elas; A feira de Mata de São João, a feira da Praia do Forte e a feira de Salvador, sendo que esta última acontece duas vezes por semana, em bairros e dias diferentes. Os produtos vendidos nas feiras da Praia do Forte e de Salvador, apresentam preços mais altos, segundo os próprios agricultores, por conta da consciência e disposição que os consumidores destas localidades têm de pagar um preço um pouco mais alto para levar um produto saudável e ecológico. Já na feira de Mata de São João, os orgânicos são vendidos pelo mesmo preço dos produtos convencionais. Como se pode observar na fala do agricultor 2:

“Eu vendo aqui na feira de Mata de São João, o mesmo produto que o agricultor 1 vende na feira de Salvador, só que o preço aqui é o mesmo do convencional, porque o poder aquisitivo do povo daqui é muito baixo, somente uma minoria é que conseguiria acompanhar os preços praticados em Salvador, eu ganho na quantidade, enquanto os produtores de convencional conseguem vender 10 pacotes de alface, eu consigo vender 30”.

O agricultor 1 reforça:

“Os produtores orgânicos chegam à feira de “de Mata” umas 4 ou 5 horas da manhã e vão embora umas 9 horas, porque já venderam tudo”.

O agricultor 3 nos dá algumas informações sobre os consumidores da feira na Praia do Forte:

“Lá na feira da Praia do Forte o pessoal faz fila pra comprar meus produtos, o nível das pessoas é mais alto, tem gente mais instruída, muitos turistas, as pessoas lá tem mais informação e dinheiro, até os grandes empresários e autoridades esperam sua vez de comprar, isso pra mim quer dizer que o meu produto tem valor”.

Na fala do agricultor 5, pode-se notar uma deficiência da feira de Mata de São João:

“Antigamente a feira era mais bem estruturada, tinham placas de divulgação do produto orgânico, falando dos benefícios e tudo mais, só que arrancaram as placas e não botaram de volta, tem gente que compra sem saber que é orgânico e mesmo com preço de convencional ainda ficam pechinchando”.

Fazendo um contraponto com a questão do preço praticado, o agricultor 1 relata:

“Acho que as pessoas que produzem orgânicos têm que ser mais profissionais, eu, por exemplo, só quero vender caro, eu faço isso porque hoje em dia já domino um nicho de mercado e direciono o meu mercado para as elites. Não tenho a mentalidade de produzir em quantidade e vender mais barato ganhando no volume”.

Do depoimento do agricultor 1, emergiu a percepção de que ele possui um desejo firme de que a agricultura orgânica continue sendo um mercado com características de nicho, com poucos produtores e poucos consumidores. Este agricultor 1, já possui empresa certificada e estruturada para atender as demandas dos canais de comercialização mais longos, praticados por ele, com o apoio do sistema de parceria que ele desenvolveu com os pequenos produtores da região. Dessa forma, ele garante o atendimento às programações de compra e venda. As vendas realizadas para os

supermercados, hotéis e entrega à domicilio são todas organizadas por ele na sua empresa familiar.

b) Hotéis.

Segundo o agricultor 1, as vendas para os hotéis ainda podem crescer muito, contudo, elas seguem o ciclo sazonal de lotação dos hotéis, quando é baixa temporada, a demanda diminui bastante, conforme nos informou, eles estão tentando iniciar um programa de alimentação com a comunidade da área de influência direta dos empreendimentos hoteleiros na região de SAUÍPE, no sentido de distribuir o excedente dos alimentos comprados que, por ventura não tenham sido aproveitados, mantendo assim uma média na demanda por produtos orgânicos. O produto mais vendido para os hotéis é o coco orgânico.

c) Supermercados.

Em relação aos supermercados ele comenta:

“Antigamente tudo o que perdia e até o que não perdia, mas não vendia, o prejuízo era do produtor, um verdadeiro roubo e já vinha descontado da fatura, Hoje em dia não existe mais isso, eles pagam o pedido inteiro, independente de perdas ou da não venda destes produtos. Eu só assumo a perda de algum produto se por interesse meu, com a intenção de promover algum produto, eu mandar 10% a 15% a mais e não vender, mas se vender eles me pagam e assim funciona para todos os 3 supermercados com os quais nós trabalhamos”.

d) Entrega a domicilio.

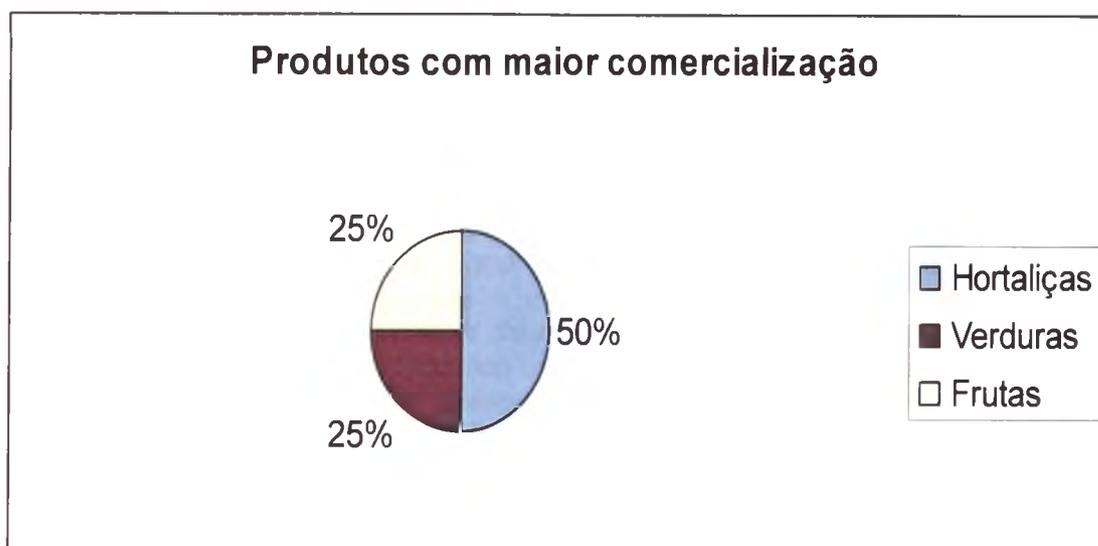
Pudemos apreender com a pesquisa que esta forma de comercialização, passou a existir para atender a uma necessidade muito grande que o consumidor urbano tem de praticidade. A partir dos contatos realizados com os consumidores nas feiras se identificou um filão de mercado que poderia ser explorado. Este canal é totalmente organizado pelo agricultor 1 que possui caminhão para fazer as entregas, ele mesmo nos conta o processo:

“Através do telefone ou da internet, disponibilizamos uma lista de produtos com os quais trabalhamos daí o cliente faz o seu pedido com 2 dias de antecedência e nós entregamos em sua

casa, os preços são os mesmos praticados na feira de Salvador”.

Os produtos orgânicos que são produzidos e comercializados pelos agricultores da região, são bastante variados, são eles: **Hortaliças** - Alface americana, Alface crespa, Alface lisa, Alho chinês, Capim santo, Coentro, Salsa, Cebolinha, Manjericão, Hortelã miúdo, Hortelã grosso, Cenoura com rama, Couve manteiga, Couve Mineira, Erva Cidreira, Espinafre, Língua de vaca, Rúcula, Ora-pro-nobis. **Verduras** – Aipim, Chuchu, Batata doce, Beribéri, Berinjela, Jiló, Maxixe, Pepino comum, Pepino japonês, Pimenta malagueta, Pimentão verde, Quiabo, Tomate cereja. **Frutas** - Banana da prata, Banana Pratinha, Banana da Terra, Banana nanica, Banana Maçã, Mamão Havaí, Coco verde, Coco seco, Manga, Abacate, Abiu, Laranja da Bahia, Lima, Limão rosa, Limão Taiti, Melancia e Noni. Segue abaixo no gráfico 3 a representação dos mais vendidos.

GRÁFICO 3- Produtos com maior comercialização



Fonte: Entrevistas

Segundo informações coletadas com a Secretaria de Agricultura do município de Mata de São João-Ba, semanalmente são comercializados o equivalente a 15 toneladas de produtos hortifrutí e outras 15 toneladas de coco verde (água de coco).

Segundo o agricultor 3:

“A certificação participativa, além de ser um saída para minimizar os custos para o produtor, também implica numa maior responsabilidade de todos os associados, porque gera a obrigação de cumprir fielmente todas as recomendações da certificadora, caso contrário, por causa de um produtor que esteja fugindo das normas, todo o resto da associação perde a certificação”.

Complementado a informação do agricultor 3, Medaets & Fonseca, (2005), afirma que o fundamento deste sistema participativo, está na confiança e participação dos envolvidos no processo para que a haja a garantia da qualidade do produto. Por isso mesmo o comprometimento e compreensão de todos os agricultores em relação à importância de seguir as normas orgânicas de produção é tão importante, pois essa conduta garantirá a manutenção da certificação.

5 CONCLUSÕES

Este trabalho tratou-se de uma pesquisa exploratória, descritiva com o objetivo de conhecer como se deu o surgimento e o desenvolvimento da agricultura orgânica na região de Mata de São João-Ba. Como a pesquisa exploratória possibilita um primeiro contato com a realidade estudada, fornecendo dados gerais sobre a investigação, ficou evidente a necessidade de novas pesquisas para detalhar relações, interações e comportamentos dos diversos atores do contexto local no âmbito da produção e comercialização ao longo do processo de amadurecimento do mercado orgânico da região.

Algumas dificuldades foram limitadoras deste trabalho para a apreensão de maiores resultados. Havia uma falta de organização da secretaria de agricultura do município com relação à listagem de produtores de orgânicos, de volume da produção e características do mercado de orgânicos local que nos proporcionou uma redução no espectro de sujeitos disponíveis para pesquisa, assim como a requereu um maior esforço no sentido do levantamento dos dados sendo necessária uma investigação do micro para o macro para que se conseguisse traçar a trajetória da AO no município. Outro fator limitador do estudo foi a falta de estruturação e armazenamento dos dados da produção e comercialização por parte dos agricultores, que nos forneceram dados baseados na sua memória recente sem nos disponibilizar dados concretos de

quantitativo. Não havia documentos descrevendo as informações da produção de maneira sistemática, o que dificultou a apreensão dos dados da pesquisa.

Dessa forma, entendemos que será necessária uma investigação com possibilidade de maior tempo de permanência nas propriedades para que seja construída essa base de dados para se obter uma estatística da AO no município com treinamentos para os agricultores para que eles possam organizar, sistematizar e alimentar este banco de dados que os ajudaria a compreender melhor as suas próprias necessidades, limitações e prospecções auxiliando-os no planejamento da sua produção e contribuindo para um amadurecimento da agricultura orgânica na região.

Foi possível compreender que a imigração japonesa não foi decisiva para o desenvolvimento da AO na região, apesar de ter sido iniciado por um descendente de japoneses, dado que eles cultivavam de maneira convencional quando aqui chegaram. Os fatores impulsionadores da AO foram diversos e a inserção do modelo sustentável de agricultura foi realizado inicialmente a partir de interesses econômicos de aumento de mercado e facilidades de comercialização em 1985.

No processo de desenvolvimento da AO no núcleo JK ficou claro que o agricultor 1 possui e possui grande influência sobre os demais agricultores da região, tendo sido responsável pela mobilização e conversão de muitos deles para a agricultura orgânica, abrindo possibilidades de comercialização para os produtos orgânicos da região. Para tanto, desenvolveu uma metodologia de trabalho na qual através do sistema de parceria com agricultores, onde alguns cultivam sob o regime de arrendamento na sua propriedade e outros em suas próprias terras tem conseguido aumentar e manter um volume de produção adequados as demandas de mercado. Como resultado disso houve uma expansão dos canais de comercialização sendo eles: supermercados, hotéis, feiras e entrega a domicilio.

Para os pequenos agricultores que produzem em suas próprias terras, além de trabalharem neste sistema de parceria com o agricultor 1,

comercializam separadamente os seus respectivos produtos nas feiras de Mata de São João, em Salvador e na Praia do Forte.

Dentre as formas de organização dos produtores percebemos a existência de 3 as parcerias com o agricultor 1, descritas acima, e duas associações a AFOMA e APOF. A primeira criada para aquisição da certificação participativa e a segunda para a organização dos produtores nas feiras, tornando mais fácil o estabelecimento de parcerias com setores privados e públicos viabilizando a manutenção deste canal.

Evidenciamos que os principais entraves para a produção na região são: a mão-de-obra (para os que não podem contar com a ajuda familiar), recursos naturais como a água (para os que não possuem nascentes ou reservas de água em suas terras), adubos orgânicos (para os que não participam do sistema de parceria-arrendamento), pois o adubo tem um custo de R\$ 9,00 por saco, o que encarece o processo produtivo, não sendo, muitas vezes viável para o pequeno agricultor que acaba optando pela produção da sua própria compostagem. Já para a comercialização os principais entraves são: O transporte para o escoamento da produção, a divulgação dos produtos orgânicos, enfatizando os seus benefícios e vantagens, sobretudo para o consumidor o que aumentaria o interesse das pessoas, conseqüentemente aumentando a demanda e a demora na obtenção da certificação.

Analisando a questão dos incentivos à AO pudemos apreender que a agricultura, de um modo geral, não é a prioridade do atual governo municipal, que está mais preocupado em melhorar a educação e a saúde dos cidadãos.

Com relação às oportunidades de melhorias na relação do governo com o setor, todos os agricultores conseguiram identificar facilmente, sobretudo no que tange à logística para a comercialização, pois eles sentem falta de mais assistência técnica, de disponibilidade de transporte para o escoamento da produção e maior divulgação dos benefícios dos produtos orgânicos.

comercializam separadamente os seus respectivos produtos nas feiras de Mata de São João, em Salvador e na Praia do Forte.

Dentre as formas de organização dos produtores percebemos a existência de 3 as parcerias com o agricultor 1, descritas acima, e duas associações a AFOMA e APOF. A primeira criada para aquisição da certificação participativa e a segunda para a organização dos produtores nas feiras, tornando mais fácil o estabelecimento de parcerias com setores privados e públicos viabilizando a manutenção deste canal.

Evidenciamos que os principais entraves para a produção na região são: a mão-de-obra (para os que não podem contar com a ajuda familiar), recursos naturais como a água (para os que não possuem nascentes ou reservas de água em suas terras), adubos orgânicos (para os que não participam do sistema de parceria-arrendamento), pois o adubo tem um custo de R\$ 9,00 por saco, o que encarece o processo produtivo, não sendo, muitas vezes viável para o pequeno agricultor que acaba optando pela produção da sua própria compostagem. Já para a comercialização os principais entraves são: O transporte para o escoamento da produção, a divulgação dos produtos orgânicos, enfatizando os seus benefícios e vantagens, sobretudo para o consumidor o que aumentaria o interesse das pessoas, conseqüentemente aumentando a demanda e a demora na obtenção da certificação.

Analisando a questão dos incentivos à AO pudemos apreender que a agricultura, de um modo geral, não é a prioridade do atual governo municipal, que está mais preocupado em melhorar a educação e a saúde dos cidadãos.

Com relação às oportunidades de melhorias na relação do governo com o setor, todos os agricultores conseguiram identificar facilmente, sobretudo no que tange à logística para a comercialização, pois eles sentem falta de mais assistência técnica, de disponibilidade de transporte para o escoamento da produção e maior divulgação dos benefícios dos produtos orgânicos.

Esperamos com esse trabalho contribuir para o fortalecimento das discussões em torno da agricultura orgânica, principalmente no estado da Bahia, que carece de trabalhos sobre o tema, assim como fornecer estratégias possibilitando melhorias para AO no município de Mata de São João- Ba, pois entendemos que a produção de alimentos de maneira sustentável é o caminho para a reconstrução da cidadania no meio rural.

6 LITERATURA CITADA

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil é terceiro maior país com áreas destinadas à plantação de orgânicos.** Atualizada em 19 de fev de 2009. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/02/19/materia.2009-02-19.7659153439/view> Acesso em: 12/12/2009.

____ **Agricultura Orgânica e Biológica.** Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/aqriorqbi.htm> Acesso em 28/01/2010.

AMBIENTE BRASIL. **Dia Nacional da Conservação do Solo.** Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./agropecuario/index.html&conteudo=./agropecuario/artigos/solos.html> Acesso em: 14/01/2010.

ANDRADE, Jackeline Amantino de; MESQUITA, Zilá. A Certificação de Produtos Orgânicos e seu Processo de Institucionalização no Brasil. **In: Anais do ENANPAD 2003.**

ARNALDI, C. R; PEROSA, J. M. Y. **Comercialização de Produtos Orgânicos em Botucatu.** In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. Dinâmicas Setoriais. Brasília : Templo Gráfica e Editora Ltda, 2004. p. 62-62.

ASSIS, R. L. de; AREZZO, D. C. de; ALMEIDA, D. L. de; DE-POLLI, H. Aspectos Técnicos da Agricultura Orgânica Fluminense. **Revista Universidade Rural – Série Ciências da Vida**, Seropédica, v.20, n.1-2, p.1-16, 1998.

ASSIS, R.L. Agroecologia, agricultura orgânica e mercado. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo

Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002. v. 49. p. 1-10.

ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA (AAO). Disponível em: <http://www.aao.org.br/ahoward.asp> Acesso 27/01/10.

BARDIN, LAURENCE. Análise de Conteúdo e Análise Documental. In: BARDIN, LAURENCE. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 3ª ed; 2002. 223 p.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente** (UFPR), Curitiba, v. N.6, p. 11-28, 2003.

BRANDENBURG, A. Agricultura e Desenvolvimento Sustentável. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1998, Poços de Caldas. O agronegócio brasileiro: desafio e perspectivas. Poços de Caldas- MG, 1998. v. II. p. 193-210.

BRASIL, A. E. **Organização socioespacial e transformações socioeconômicas do Núcleo JK, Mata de São João - Camaçari, Bahia**. 2004. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia do Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, **Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/>, acessado em 18/08/2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm Acesso em: 13/12/2009.

CAMARGO FILHO, W. P. et al.(três autores) Algumas considerações sobre a construção da cadeia de produtos orgânicos. *Informações Econômicas*, São Paulo, vol.34, n.2, p. 55-69, 2004.

CAMPANHOLA C.; VALARINI, P. J. . A Agricultura Orgânica e seu Potencial para o Pequeno Agricultor. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (EMBRAPA), Brasília, DF, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CASEMIRO, A. **Alimentos Orgânicos: estudo de fatores que interferem na decisão de compra do consumidor**. 2007. 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade de Santa Cruz, Ilhéus, 2007.

DAROLT, M. R. **Estudo Prospectivo da Demanda e Tendências do Mercado de Produtos Orgânicos no Paraná**. 2006. 213p.

DAROLT, M. R. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. Disponível em: www.planetaorganico.com.br, Rio de Janeiro, 28 nov. 2000.

DAROLT, M.R. **Vantagens e Desvantagens dos Principais Canais de Comercialização de Produtos Orgânicos**. Disponível em: www.ibd.com.br/arquivos/comercialização.s/d.

DAROLT, M. R. **As Dimensões da Sustentabilidade: Um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR**. Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná/ParisVII. Curitiba: 2000, 310p.

DESLANDES, S. F; ASSIS, S. G. Abordagens quantitativa e qualitativa em saúde: o diálogo das diferenças. In: MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p. 195-219.

DULLEY, R. D. **Agricultura Orgânica, Biodinâmica, Natural, Agroecológica Ou Ecológica?** Informações Econômicas, SP, v.33, n.10, out. 2003.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**, Livros da Terra Editora, São Paulo, 178p. 1996.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**, Ed. Agropecuária, 1999, p. 52 a 56.

EHLERS, Eduardo. **O que se entende por agricultura sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 2008, 92p.

FELIPINI, D. **Qual é o seu nicho de mercado?** [online] Disponível em: [http://www.e-commerce.org.br/artigos/nicho de mercado.php](http://www.e-commerce.org.br/artigos/nicho_de_mercado.php) Acesso em 19/01/2010.

FONSECA, M. F. A. C. **A Certificação de Alimentos Orgânicos no Brasil. 2001.** [online] Disponível em <http://www.planetaorganico.com.br/trabfern2.htm> Acesso em 19/01/10.

FREITAS, S. R. **Agricultura Ecológica: Conceituação**, 2000, disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=444>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GLIESSMAN, S. **Agricultura pode ser sustentável**, 2008. Disponível em: <http://www.agroecologia.inf.br/conteudo.php?vidcont=196> Acesso em 10/11/2009.

GUIVANT, J. **Os supermercados na oferta de alimentos orgânicos: apelando ao estilo de vida ego-trip**. Ambiente & Sociedade – Vol. VI nº. 2 jul./dez. 2003.

IBGE. **Contagem da população do município de Mata de São João- Bahia**. 2007. [online] Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 16/12/2009

INSTITUTO DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO-IPD. Notícias. **Organics Brasil vai a Sial Montreal**. Publicada em 18 de mar de 2009. [online] Disponível em http://www.ipd.org.br/noticias_item.php?id=99 Acesso em 20/11/2009.

LANDIM, F. L. P. et al. Uma reflexão sobre as abordagens em Pesquisa com ênfase na integração Qualitativo-quantitativa. **RBPS**. 2006; vol.19, n.1, p. 53-58

LEHMAN,H, ANN C. E. WEISE,S.F. Clarifying the definition of sustainable agriculture, **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**, Vol 6, no 2, p127-143,1993.

LOURENZANI, W. L. *et al.* O papel da certificação no programa de desenvolvimento da fruticultura na região da Nova Alta Paulista. **Informações econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 2, p 29- 37. fev. 2006. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999, 210 p.

MAEKAWA, L. **Os japoneses na Bahia**. Salvador: Santa Helena, 1995, 112p.

MAZZOLENI, E. M.; NOGUEIRA, J. M. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 02, p. 263-293, 2006.

MEDAETS, J.P.; FONSECA, M. F. de A. C. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília: NEAD, 2005. Disponível em: www.nead.org.br/download.php?form=.pdf&id=314 Acesso em: 30/08/2009

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1999, 210 p.

MINAYO, M. C. S; MINAYO, C. G. **Difíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde**. Rio de Janeiro, 2001. (mimeo).

OLALDE, A.R.; DIAS, B.O. Agricultura orgânica e agroecologia na Bahia: atores experiências. In Uzêda, M. C. **O desafio da agricultura sustentável: alternativas viáveis para o sul da Bahia**. Ilhéus: Editus, 2004. p. 71-96.

OLIVEIRA, X. **Adiada para 2011 exigência de certificação de produtos orgânicos**. Agência SEBRAE de Notícias. 2010. [Online]. Disponível em: <http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?canal=199&cod=9499646&indice=0> Acesso em: 10/02/2010.

ORGANICS BRASIL. **Relatório Biofach Nuremberg 2009**. Disponível em <http://www.organicosbrasil.org/downloads/relatorio-biofach-nuremberg-2009.pdf> Acesso em 14/12/2009.

ORMOND, J. G. P., PAULA, S. R. L., FEVERET FILHO, P., ROCHA, L. T. M. Agricultura Orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002.

PASCHOAL, A. D. Modelos Sustentáveis de Agricultura. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, ano 2, nº 1, p. 11-16, Jan./jun.1995.

PATERNIANI, Ernesto. Agricultura sustentável nos trópicos. **Estud. av.** São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300023&lng=en&nrm=iso Acesso em 01/02/10.

PENTEADO, S. R. **Introdução à Agricultura Orgânica: Normas e técnicas de cultivo**. Campinas: Editora Grafimagem, 2000. 110p.

PRETTY, J. N. **Regenerating agriculture**: policies and practice for sustainability and selfreliance. Londres: Earthscan Publications Ltd, 1995. 320 p.

PRIMAVESI, A. Revisão do conceito de agricultura orgânica: Conservação do solo e seu efeito sobre a água. **Biológico**: São Paulo, v.65, n.1/2, p.69-73, jan./dez., 2003

REDE AMBIENTE. **Agricultura Sustentável**: Conceitos e Princípios. Disponível: <http://www.redeambiente.org.br> Acesso em: 27/01/10.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. **Caderno de formação**: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br/?sc=SA008> Acesso em: 04/01/2010.

RELATÓRIO DA FAO. **International Conference on Organic Agriculture and Food Security**, disponível em: FAO http://www.fao.org/organicq/ofs/docs_en.htm Acesso em 29/01/2010.

RODRIGUES, M. S. P.; LEOPARDI, M. T. **O método de análise de conteúdo**. Fortaleza: LCR, 1999.

SANTOS, L. C. R. **Certificação Participativa em Rede: Um Processo de Certificação Adequado à Agricultura Familiar Agroecológica no Sul do Brasil**. 2005, 24p.

SANTOS, G. C.; MONTEIRO, M. Sistema orgânico de produção de alimentos. *Alim. Nutr.*, Araraquara, vol.15, n.1, p.73-86, 2004.

SCHIMIDT, W. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**: Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

SOUZA, Maria Célia Martins de. **Aspectos Institucionais do Sistema Agroindustrial de Produtos Orgânicos**, São Paulo 28/03/2003, disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=718>, acessado em 02/02/10.

SOUZA, A.P.O. & ALCÂNTARA, R.L.C. **Produtos Orgânicos: um exploratório sobre as possibilidades do Brasil no mercado internacional**. 2003. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabAnaPaula.htm> .

SOUZA, R. S. de; BULHÕES, F. M. Perfil e desenvolvimento do modelo de certificação de produtos alimentares orgânicos no Brasil. In: Simpósio latino-americano sobre investigação e extensão em pesquisa agropecuária, 5, encontro da sociedade brasileira de sistemas de produção, 5., 2002,

Florianópolis. **Agroecossistemas, agricultura familiar e agricultura orgânica**. Florianópolis: IESA/SBSP, 2002. 20 p.

TERRAZZAN, P.; VALARINE, P. J. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. *Informações Econômicas*, São Paulo, vol.39, n.11, p. 27-41, 2009.

-THRUPP,L.A. 1993, **Political ecology of sustainable rural development: dynamics of social and natural resource degradation**, In **Food for the Future: Conditions and Contradictions of Sustainability**, Edited by Allen,P., pp47-74, John Wiley & Sons, New York, 328p.

TRIVANOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987, 175 p.

____UFRRJ. **Envenenamento por agrotóxico**. Disponível em: <http://www.ufrrj.br/institutos/it/de/acidentes/vene.htm> Acesso em 02/02/10

VILELA. P. S. **Agricultura Orgânica Versus Lucratividade e Produtividade**. 2006. Disponível em: www.faemq.org.br.

VILELA. P. S. **Realidade e perspectivas da produção orgânica**. Disponível em <http://www.faemq.org.br/Content.aspx> Acesso em 29/01/10.

APÊNDICE I

Figura 5 - Marco de entrada do NJK no Portão do Lunda, na estrada para Itanagra-BA.



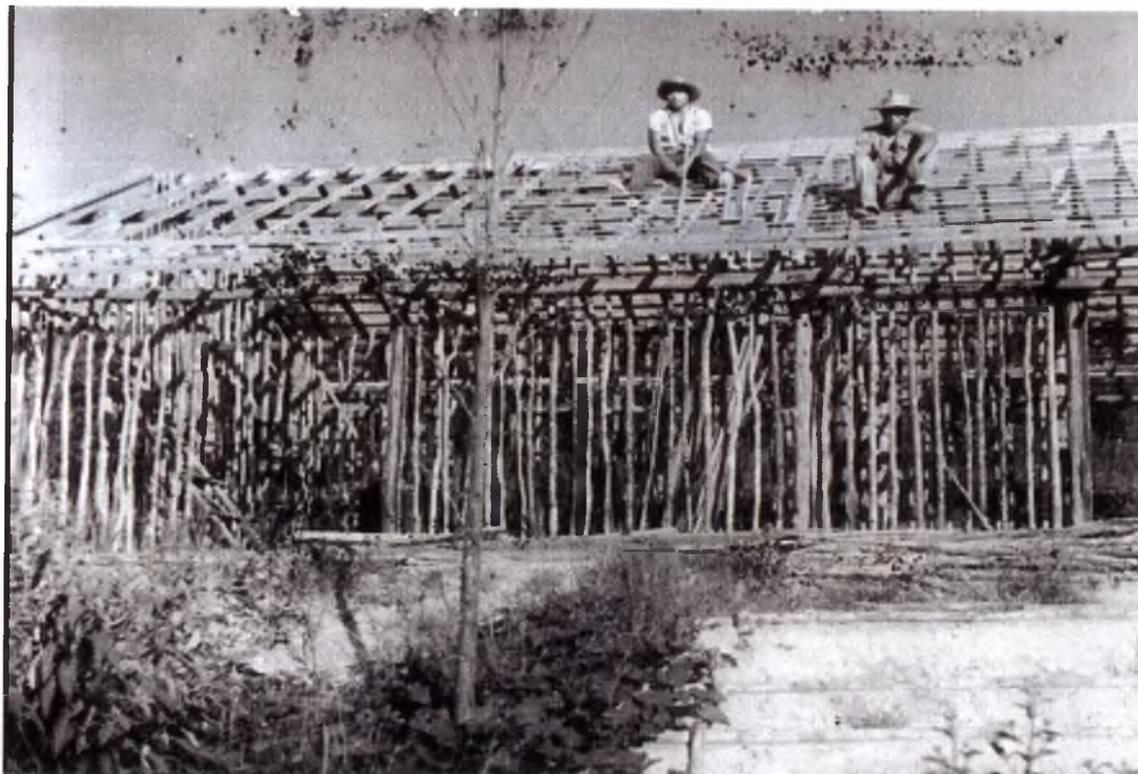
Fonte: Brasil, 2004

Figura 6 - Associação Cultural Nipo-Brasileira do NJK, onde se realizam as festas tradicionais.



Fonte: Brasil, 2004.

Figura 7 - Construção da residência dos primeiros colonos.



Fonte: Brasil 2004.

Figura 8 - Núcleo JK - Aspecto após a construção da mesma residência.



Fonte: Brasil, 2004.

Figura 9 - Agricultor e Médico Veterinário na criação de frango orgânico.



Figura 10 – Agricultor Descendente de Japonês e sua horta orgânica.



Figura 11 - Roça orgânica altamente diversificada.



Figura 12 – Agricultor com a sua pilha de compostagem(com fibra de coco).



Figura 13 – Agricultor na feira em Salvador.



Figura 14 - Feira orgânica em Salvador.



Figura 15 – Usina de produção de Fertilizante Orgânico.



Figura 16 – Dia de campo para os agricultores do município.



Figura 17 - Secretário de Agricultura do Município de Mata de São João - BA, exibindo prêmio recebido pela produção orgânica da região.



APÊNCICE II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I- DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO

Nome:	Estado Civil:
Sexo: M () F ()	Filhos: sim () quantos () não ()
Data de nascimento:	Descende de Japoneses?
Escolaridade:	Descende de agricultores?

II- HISTÓRICO FAMILIAR COM AGRICULTURA

1. Quem na sua família começou a trabalhar com agricultura?
2. Que tipo (s) de produto (s) ele (a) cultivava (m)?
3. Neste período, ele (a) produzia de maneira convencional ou já produzia orgânicos?
4. Se produzia de maneira convencional, qual o motivo pelo qual ele (a) passou a produzir orgânicos?
5. Houve mudanças na organização na produção? Quais?
6. Como se deu o processo de conversão?
7. Onde eram comercializados os produtos produzidos?
8. Havia, nesta época, alguma dificuldade para produzir orgânicos e/ ou para comercializá-los? Quais?
9. Havia algum incentivo do governo em âmbito municipal, estadual ou federal?

III- HISTÓRICO DO AGRICULTOR COM A AGRICULTURA ORGÂNICA

1. O Sr.(a) sempre trabalhou com agricultura orgânica?
2. Há quanto tempo produz orgânicos?
3. O Sr. (a) produz na mesma terra em que seus parentes produziam?
4. Quantos *ha* tem a sua propriedade?
5. Quanto desta área está reservada para produção de orgânicos?
6. Como está organizada a produção em sua propriedade?
7. Quais alimentos o Sr. (a) produz?
8. De quando o Sr. (a) começou a produzir orgânicos até hoje houve mudança na organização da produção, tipo de produto comercializado e número de *ha* destinado ao cultivo de orgânicos? Quais?
9. Onde são comercializados os produtos cultivados pelo senhor (a)?

10. Há uma facilidade maior em comercializar para determinado local? Qual?
11. Porque o senhor (a) acha que isso acontece?
12. Qual o produto que mais se destaca na sua produção? Poderia citar os outros em ordem de importância para sua produção?
13. De quando o senhor (a) começou a produzir orgânicos até hoje houve mudanças nas formas de comercialização de seus produtos? Quais?
14. Como o senhor (a) descreveria o mercado de orgânicos na região comparando de quando começou com hoje? Há alguma diferença?
15. A produção do senhor (a) é certificada? Há quanto tempo?
16. O que levou o senhor (a) a decidir pela certificação dos produtos?
17. O processo de certificação trouxe impacto para sua produção e comercialização? Quais?
18. O senhor (a) já usou alguma linha de crédito do governo? Por que?
19. Em sua opinião, o que o governo deveria fazer para melhorar a agricultura orgânica na região?
20. Quais os principais entraves à produção?
21. Como o senhor acha que esses problemas poderiam ser solucionados?